



DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

MESTRADO EM SOCIOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO

Dissertação de Mestrado

Alimento da Lixeira de Hulene B: um caso de desterritorialização das famílias afectadas (2018-2022)

Autor:

Hercílio Virgílio Buiane Ndlate

Supervisor: Prof. Doutor Samuel Quive

Maputo, Fevereiro de 2024

Aluimento da Lixeira de Hulene B: Um caso de desterritorialização das famílias afectadas (2018-2022)

Dissertação submetida ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como cumprimento parcial dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Desenvolvimento

Mestrando: Hercílio Virgílio Buiane Ndlate

Supervisor: Prof. Doutor Samuel Quive

Fevereiro de 2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluimento da Lixeira de Hulene B: Um caso de desterritorialização das famílias afectadas

Dissertação submetida ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como cumprimento parcial dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Desenvolvimento

Universidade Eduardo Mondlane

Mestrando: **Hercílio Virgílio Buiane Ndlate**

Supervisor: **Prof. Doutor Samuel Quive**

Presidente	O JÚRI Supervisor	Arguente	DATA
Orlando Nipassa (PhD)	Samuel Quive (PhD)	Baltazar Muianga (PhD)	08/02/2024

INDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
.....i	
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	iv
FIGURAS.....	v
QUADROS.....	v
APÊNDICE.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
OBJECTIVOS.....	4
Geral.....	4
Específicos.....	4
Questões Principais de Pesquisa.....	4
Hipótese.....	5
Justificação.....	5
CAPÍTULO I- ESTADO DA ARTE SOBRE A DESTERRITORIALIZAÇÃO.....	7
1.1 Análise Contextual da vida das famílias desterritorializadas após o desastre.....	7
CAPÍTULO II: ABORDAGEM CONCEPTUAL E TEÓRICA.....	13
2.1 Conceito de Desterritorialização.....	13
2.2. O conceito de Vulnerabilidade.....	14
2.3. O conceito da família.....	16
2.4 Referencial Teórico (Violência Simbólica).....	17
CAPÍTULO III: REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	20
3.1 Metodologia de elaboração da Pesquisa.....	20
3.2 Técnicas de Pesquisa.....	20
3.2.1 Pesquisa bibliográfica.....	20
3.2.2 Entrevista.....	21
3.2.3 Grupo Focal.....	22
3.2.4 Observação Directa.....	22
3.2.5 Análise de Conteúdo.....	23
3.3 Definição da Amostra.....	23
3.4 Pesquisa Empírica.....	24
3.5 Aspectos Éticos da Pesquisa.....	24
3.6 Constrangimentos.....	25

CAPÍTULO IV: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA E DEMOGRAFIA	26
4.1 Enquadramento Geral da Cidade de Maputo.....	26
4.2 Limites Geográficos do bairro Hulene B.....	28
4.3 Perfil Demográfico e condições sociais e económicas dos entrevistados...28	
4.3 Perfil Demográfico das famílias entrevistadas.....	29
4.4 Relações sociais no local de origem.....	33
CAPÍTULO V: RESULTADOS DO PROCESSO DE GESTÃO DO DESASTRE....	34
5.1. Vivências Sociais e Económicas no local de origem.....	34
5.2.1 Descrição das relações sociais nos centros transitórios.....	36
5.3 A organização e administração dos centros transitórios temporários.....	40
5.4 O processo de participação pública na gestão do desastre.....	45
5.5.1 Assistência Psicossocial das Famílias.....	52
5.6 Discussão dos Resultados.....	54
5.6.1 Atribuição do Subsídio de Mobilidade.....	55
5.6.2 Vida nas Residências Transitórias.....	61
5.6.3 Vida na Vila de Reassentamento de Pussulane.....	64
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
BIBLIOGRAFIA.....	75
APÊNDICE.....	80
ANEXOS.....	81

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Hercílio Virgílio Buiane Ndlate, declaro por minha honra que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau acadêmico, seja nesta universidade ou em qualquer outra instituição de ensino superior, e a mesma é o resultado do trabalho de pesquisa por mim realizado desde os finais de 2022 e início de 2023. Para a conclusão deste trabalho recorri a várias fontes, designadamente: escritas, orais, trabalho de campo e às orientações metodológicas e científicas do meu supervisor. A informação obtida das várias fontes foi citada neste trabalho de dissertação em conformidade com as regras definidas pela metodologia científica.

DEDICATÓRIA

Dedicado a todos os cidadãos alguma vez afectados por desastres naturais, aos reassentados resultantes de desastres naturais que em muitos momentos lutam dia e noite para restaurar seus meios de vida. A todos eles, apresento desde já a minha vénia e gratidão pela luta incessante pelo seu bem-estar e dos seus dependentes.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradecer a Deus pelo Dom da vida e pela saúde para que levasse este trabalho até ao fim.

Agradecimento especial ao meu supervisor e mentor, o Professor Doutor Samuel Quive, pela sua paciência, dedicação, ensinamentos e contribuições valiosas para que o trabalho tivesse qualidade e cunho científico desejado para uma Dissertação.

À minha esposa Ónica Ndlate e meus pequenos anjos Ana Ndlate e Akins Ndlate, sei que ficaram privados do ``esposo e pai`` durante 2 anos, mas chegado a casa nunca me faltou o amor e aconchego familiar. Obrigado família.

Agradeço igualmente aos meus docentes pelos ensinamentos e por me terem aberto o horizonte sobre o pensar sociologicamente. Fizem deste Mestrado uma verdadeira oficina do saber, sinto-me honrado e privilegiado em tê-los como meus professores.

Agradeço aos colaboradores, em especial aos chefes das famílias que acederam as entrevistas, sei que lembrar algumas situações tristes e presentes no quotidiano não é nada fácil, mas alguns mesmos nadando em lágrimas, sempre mostraram disponibilidade em continuar com a entrevista, pela coragem, pela firmeza e acima de tudo pelo filantropismo e vontade de ajudar, nunca viraram a cara.

Meus agradecimentos são extensivos aos quadros dos órgãos centrais, em particular MITADER e aos técnicos do Conselho Municipal que não mediram esforço no fornecimento de informação documental, oral e pela disponibilidade em ajudar incondicionalmente. O meu muito obrigado.

Agradeço à Sociedade Presbiteriana de Activistas de Kumbeza, que mesmo privada em muitos momentos do seu presidente, não deixou de desempenhar com zelo e dedicação o chamamento de Deus.

Agradecer a Turma (MSD 19), pelo trato fácil, pela irmandade, cumplicidade, solidariedade, nos momentos eufóricos juntos estávamos tal como em momentos menos bons.

Meu muito, muito, muito obrigado a todos que directa ou indirectamente contribuíram para que esta dissertação fosse realidade.

LISTA DE ABREVIATURAS

CENACARTA- Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção

CMCM – Conselho Municipal da Cidade de Maputo

COE – Centro Operativo de Emergência

DINOTER – Direcção Nacional de Ordenamento Territorial e Reassentamento

EN1 – Estrada Nacional Número 1

GM- Governo de Moçambique

INE- Instituto Nacional de Estatística

INGC- Instituto Nacional de Gestão de Calamidades

INGD- Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres

JICA- Agência Internacional Japonesa Para Cooperação

MITADER – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

MTA- Ministério da Terra e Ambiente

PC- Plano de Contingências

PEUMM – Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo

POBM- Política Operativa do Banco Mundial

PR- Plano de Reassentamento

RGPH 2017- Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

VRP - Vila de Reassentamento de Pussulane

FIGURAS

Figura 1.1: Mapa da Cidade de Maputo

Figura 1.2: Montagem de Tendas no centro transitório de Albazine

Figuras 1.3: Demolição de infraestruturas no Hulene B

Figura 1.4: Perímetro em risco cujas casas foram destruídas

Figuras 1.5 e 1.6: Condições do saneamento do meio em Hulene B

Figuras 1.7: Exemplo de residência transitória ocupada por um dos entrevistados

Figura 1.8: Plano de Pormenor do Reassentamento (Bairro Pussulane)

Figuras 1.9: Edificações na vila de reassentamento de Pussulane

QUADROS

Quadro 1.1- Organização administrativa do Município de Maputo

Quadro 1.2: Perfil sociodemográfico dos entrevistados

Quadro 1.3: Nível de escolaridade

Quadro 1.4: Estado civil dos entrevistados

Quadro 1.5: Número de famílias em centros transitórios

APÊNDICE

1. Entrevista a comunidade vítima de aluimento

2. Entrevista aos técnicos do Governo Central

3. Entrevista aos técnicos do Conselho Municipal

ANEXOS

1- Imagens da intervenção do Ministro do MITADER na 2ª reunião comunitária

2- Imagens da intervenção das famílias afectadas na 2ª reunião comunitária

3- Imagens do transporte dos bens das famílias em Hulene B

4- Decreto que aprova o subsídio de mobilidade

RESUMO

A presente dissertação com o tema aluimento da lixeira de Hulene B: um caso de desterritorialização das famílias afectadas, procura analisar a vida destas com o acompanhamento do Governo nas fases após a ocorrência do desastre. Nesta pesquisa aplicou-se o método misto baseado em pesquisa qualitativa com o uso da entrevista aos afectados e entidades públicas, pesquisa bibliográfica, grupo focal, observação directa e análise do conteúdo. A análise baseada na teoria de Violência Simbólica de Bourdieu, permitiu-nos compreender que o Governo como instituição, persuadiu a comunidade com soluções viáveis que visavam a salvaguarda da segurança e bem-estar das famílias através de sua acomodação em áreas seguras, subsídio para arrendamento de casas dignas e construção de casas de raiz em Pussulane, procedimento louvável. Todavia, inesperadamente as boas acções do Governo, tiveram em alguns casos impactos negativos, percebe-se que a vida dos afectados, pela sujeição as condições não habituais como a dependência em relação ao Governo em alimentação nos centros transitórios, arrendamento de casas, dinheiro para as despesas básicas, residência em local escolhido pelo Governo, contribuíram para a deterioração das suas condições de vida. Nos centros transitórios alimentos escassearam, fragilidades de limpeza e saneamento do meio como consequência a eclosão de doenças. Com a atribuição do subsídio de mobilidade as famílias arrendaram casas em condições precárias e em locais insalubres, surgem conflitos com os proprietários pela demora de pagamento da renda, abuso do consumo de álcool, divórcios, poligamia, abandono do emprego, ociosidade, desentendimento e brigas entre cônjuges, abandono dos filhos pelos pais entre outras, levando a ruptura da coesão social. Adicionalmente, o reassentamento parcial das famílias em Pussulune piorou as condições de vida destas, acarretando custos em transporte, a gestão do tempo, passando a madrugar para os locais de emprego devido a distâncias longas, sucedendo o mesmo em relação a hospitais, escolas e mercados, que só existem na sede do Distrito de Marracuene, validando o argumento segundo o qual devido a fraca articulação e interacção entre o Governo e a Comunidade, não houve melhoria das condições de vida destes últimos.

Palavras-chave: Desterritorialização; família; vulnerabilidade

ABSTRACT

The present dissertation, with the theme Hulene B dump: a case of deterritorialization of affected families, seeks to understand the lives of affected families with the Government monitoring in the phases after the disaster. In this research, was applied qualitative method, using interviews with those affected and public entities, focal group, bibliographic research, direct observation and content analysis. The analysis based on Bourdieu's theory of Symbolic Violence, allowed us to understand that the Government as an institution persuaded the community with viable solutions that aimed to safeguard the safety and well-being of families through their accommodation in safe areas, subsidy for rent decent houses and construction of new houses in Pussulane, a commendable procedure. However, unexpectedly, the good actions of the Government ended up in some cases having negative impact, it is clear that the lives of those affected, by being subject to unusual conditions such as dependence on the Government for food in transitory centers, renting houses, money for basic expenses, living in a place chosen by the Government, contributed to the deterioration of their living conditions. In transitional centers, food was scarce, cleaning and sanitation weaknesses in the environment as a consequence of the outbreak of diseases. With the granting of the mobility allowance, families rented houses in precarious conditions and in unsanitary places, conflicts with the owners arise due to the delay in paying the rent, abuse of alcohol consumption, divorces, polygamy, abandonment of employment, idleness, disagreement and fights. between spouses, abandonment of children by parents, among others, leading to the rupture of social cohesion. Additionally, the partial resettlement of families in Possulune worsened living conditions, resulting in costs in transport, time management, starting to get up early to work due to long distances, the same happening in relation to hospitals, schools and markets, that only exist at the headquarters of the District of Marracuene, validating the argument according to which, due to the weak articulation and interaction between the Government and the Community, there was no improvement in the living conditions of the latter.

Keywords: Deterritorialization; family; vulnerability

INTRODUÇÃO

Moçambique é um país propenso a eventos extremos tais como seca, inundações, cheia e ciclones resultantes de alterações climáticas e que aceleram os riscos de ocorrência de desastres. Anualmente o país é assolado por desastres que resultam em perda de vidas humanas e destruição de bens, o que culmina com a desterritorialização das comunidades e consequente vulnerabilidade e instabilidade social das famílias.

O Governo de Moçambique através do Instituto Nacional de Gestão e Redução de Risco de Desastres (INGD) adopta medidas de prevenção, mitigação e recuperação através da elaboração e implementação de Planos de Contingência (PC). Estes quantificam os prováveis danos em caso de desastres e estimativa das necessidades materiais e o impacto orçamental, não contemplando uma avaliação qualitativa através de estudos sociológicos, em vista a captação das experiências vivenciadas pelas famílias e a sua percepção sobre todo o processo de assistência e acompanhamento pelo Governo na fase de recuperação pós desastre.

O presente tema aluimento da lixeira de Hulene B: um caso de desterritorialização das famílias afectadas, procura analisar a vida destas nas fases após ocorrência do desastre, tendo em conta a assistência social e o acompanhamento do Governo.

No caso em alusão, no processo de assistência social às vítimas, o Governo acomodou as famílias nos centros transitórios de Albazine e Mahotas, onde no início, as condições em alimentação, higiene, saneamento e recreação, satisfaziam as vítimas. Todavia, com o decorrer do tempo, as condições de vida deterioraram-se, devido a falta de coabitação de casais, surgimento de doenças como a tuberculose, condições de saneamento e higiene, insuficiência em alimentação entre outras. Para minimizar o impacto negativo, o Governo de Moçambique atribuiu às vítimas um subsídio trimestral de 30.000, 00 MT (trinta mil meticais) para a mobilidade destas. Todavia, o critério para atribuição do referido subsídio não obedeceu o número de membros de cada agregado familiar, a distância do local de residência em relação ao trabalho, crianças em idade escolar, a distância em relação à escola entre outros, para avaliar as necessidades reais de cada família.

O subsídio de mobilidade aumentou a renda e melhorou as condições de vida das famílias com emprego e para as desempregadas, o valor de 30.000,00 MT atribuído, impactou negativamente a vida destas, devido a carência de meios de subsistência destas, a falta de noção de gestão financeira, capacitação em matéria de gestão financeira, de negócios e de

acompanhamento pelo governo, contribuindo para a sua vulnerabilidade e instabilidade social.

Para o Governo, a atribuição do subsídio de mobilidade visava a salvaguarda do bem-estar e segurança das famílias. Contudo, inesperadamente, os resultados pretendidos não foram alcançados, algumas famílias usaram o valor para fins contrários ao objectivo do financiador (uso para consumo de álcool, poligamia, ociosidade, promiscuidade, etc.) que teve repercussões no seio familiar criando vulnerabilidade e ruptura da coesão social.

Outro sim, a intermitência na atribuição do subsídio de mobilidade levou a conflitos de várias ordens, como entre os proprietários das casas e os inquilinos, onde estes últimos sofreram humilhação e impropérios e constante ameaça de despejo. Ainda em relação a intermitência do subsídio, observou-se a separação entre pais e filhos (estes viviam em casa de familiares), abandono dos lares pelos chefes de agregado familiar (dívidas), desentendimento entre casais (ausência de condições para suprir despesas correntes), entre outras, tendo estes episódios impactado directamente nas inter-relações sociais, condições emocionais e psicossociais das famílias.

Na fase de recuperação, o Governo se comprometera em concluir as 300¹ casas em 1 ano e transferir em simultâneo as 262 famílias para Pussulane, todavia, até então foram transferidas 47 famílias e as restantes 215 encontram-se ainda a residir em casas transitórias (arrendamento).

O reassentamento de algumas famílias em Pussulane, teve impacto positivo, como o aumento da auto estima com a realização do sonho de casa própria, extinção de conflitos com os proprietários, redução da ansiedade e o fim da dependência do pagamento de renda, mas por outro lado, levantou graves desafios, a saber: a maioria dos residentes na vila de reassentamento de Pussulane exercem suas actividades (estudos e emprego) na cidade de Maputo, os hospitais e escolas encontram-se distantes da área residencial, no local observa-se a ausência de mercados e locais de recreio, o nível de desemprego é alto, devido a proibição dos catadores de exercerem seu trabalho. Com o reassentamento de algumas famílias, o custo de vida aumentou substancialmente para os chefes de família que passaram a crescer o

¹ O número de casas é superior ao das vítimas, dado que famílias que possuíam casas maiores poderiam ser compensadas com duas casas. Outro facto é que inicialmente estavam contempladas algumas famílias nativas residindo dentro da área de reassentamento.

pagamento de transporte para a sua mobilidade, razão que levou a prevalência de algumas famílias na Cidade de Maputo, apesar da atribuição da chave.²

Para os actuais residentes na Vila de Reassentamento de Pussulane, não se criou condições para a sua reintegração e restauração dos meios de subsistência, havendo famílias desejosas de regressar às antigas zonas residenciais (zonas de risco).

Adicionalmente, para as famílias em espera para reassentamento, prevalece a intermitência no desembolso do subsídio, perpetuando os problemas já referidos. Este facto, impacta negativamente nas condições emocionais e psicológicas das famílias, há uma expectativa exacerbada e ansiedade em receber as casas, levantando desafios na gestão de expectativas.

Com a demora na entrega das casas na Vila de Reassentamento de Pussulane (VRP), as famílias têm-se manifestado junto do Conselho Municipal da Cidade de Maputo para a reposição de seus direitos.

Outro facto relevante, é que pela primeira vez em Moçambique, o Governo atribuiu o subsídio de mobilidade para o arrendamento temporário, prática incomum, podendo por inexperience deste ter propiciado falhas na gestão do processo.

Para a realização do estudo, recorreremos a teoria de violência simbólica de Bourdieu (2003), que segundo o autor, esta é invisível, e muitas das vezes desconhecida por quem a pratica ou exerce. A existência do capital simbólico do poder público sobre as famílias, é visto neste estudo como um ponto primordial para explicar a violência simbólica que nos propusemos debruçar.

Nesta pesquisa, usou-se o método qualitativo, e como técnica a pesquisa bibliográfica, entrevista, grupo focal, observação directa e análise de conteúdo, tendo participado para além dos chefes das famílias afectadas, membros da comissão de moradores, quadros dos órgãos centrais e municipais do Estado moçambicano.

OBJECTIVOS

² Todas as famílias reassentadas em Pussulane, com a entrega das chaves, deixaram de receber o subsídio de mobilidade, sendo este pago apenas as famílias não reassentadas.

Geral

- Analisar a situação de vida das famílias afectadas pelo aluimento da lixeira de Hulene B, Cidade de Maputo, como resultado da assistência social do Governo após a ocorrência do desastre.

Específicos

- Analisar as condições sociais e económicas das famílias no local de origem, centros transitórios, residências temporárias e na vila de reassentamento de Pussulane.
- Captar as percepções das famílias em relação ao papel do Governo na assistência social após o desastre.
- Avaliar a evolução das condições de vida dos afectados com a assistência social do Governo após o desastre.

Questões Principais de Pesquisa

A focalização da análise, traduz-se numa questão, no entanto que serviu de guia ao longo do estudo, cuja resposta foi encontrada de forma progressiva, ao longo do trabalho. Assim, a nossa questão de partida foi a seguinte: *Até que ponto a assistência social do Governo após a ocorrência do desastre, influenciou na melhoria das condições de vida das vítimas do aluimento da lixeira de Hulene.*

Este problema levanta uma série de questões:

1. Como viviam as famílias afectadas no bairro Hulene B; centro transitório, residência temporária e na Vila de Reassentamento de Pussulane?
2. Qual foi a articulação e interacção entre o Governo e as famílias afectadas no processo de assistência social?
3. Quais tem sido as percepções das famílias em relação ao papel do Governo na assistência social?
4. Que influência teve a assistência social do Governo na melhoria das condições de vida dos afectados após a ocorrência do desastre?

No contexto das questões eleitas, este estudo procura analisar a situação de vida das famílias tendo em conta a assistência social do Governo após a ocorrência do desastre.

Hipótese

Ao iniciarmos a nossa pesquisa, colocamos a nossa questão de partida nos seguintes termos: *Até que ponto a assistência social do Governo após a ocorrência do desastre, influenciou na melhoria das condições de vida das vítimas do aluimento da lixeira de Hulene B?*

Como todas as hipóteses são respostas provisórias, cuja validade se confirma ou se infirma no processo de investigação, a hipótese foi formulada da seguinte forma: *Apesar da assistência social do Governo com vista a garantia de uma boa qualidade de vida e salvaguarda do bem-estar das famílias, devido a fraca articulação e interacção entre o poder público e a comunidade, as condições de vida desta não resultaram em melhoria.*

No processo de gestão de desastres observa-se um grande défice a nível comunicacional, não é estabelecido um sistema de confiança onde as decisões são conjuntas (Estado/comunidade) permitindo a cooperação social, levando ao fracasso do próprio processo.

As famílias afectadas perdem laços de vizinhança, sentimento de pertença a um local, identidade cultural, laços de coesão social, actividades de sustento entre outras, que passam exclusivamente a ser definidas pelas autoridades governamentais.

Justificação

No processo de planificação de actividades de assistência às famílias afectadas por desastres, anualmente o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres tem elaborado o Plano de Contingências (PC) cujo enfoque é a assistência social quantitativa, isto é, número de pessoas a assistir e bens necessários. Nestes processos, a construção social da família como uma instituição, a componente de coesão social, identidade cultural, equidade e igualdade social, as representações simbólicas do abrigo, o direito a participação e planeamento participativo aparentemente não são tidos em conta.

No caso do aluimento da lixeira de Hulene B, o GM através do MITADER e do CMCM, definiu como medida, demolir todas as infra-estruturas, incluindo casas dentro do perímetro dos 25 metros da lixeira, área considerada de risco. Igualmente o GM identificou unilateralmente um local para o reassentamento, sem participação comunitária na negociação.

Na fase de resposta após o desastre, o GM prestou assistência social às vítimas, através da disponibilização do abrigo, alimentação e protecção, acções que ciclicamente assentam sobre as perdas materiais, sendo assim, necessário a realização de estudos

sociológicos para analisar as perdas dos traços identitários, o significado que as famílias dão ao abrigo, laços de vizinhança, privacidade, coesão social entre outros.

Outro factor, relaciona-se com a disponibilização do subsídio de mobilidade pelo poder público, que na óptica deste, satisfaz as necessidades de aquisição de abrigo condigno, ainda que temporário, tendo se negligenciado as particularidades de cada família.

Os objectivos do poder público de proporcionar melhor qualidade de vida às famílias, investindo avultadas somas em dinheiro para a construção das casas e para disponibilização do subsídio de mobilidade, não lograram sucesso, devendo-se compreender as causas do possível insucesso do processo, através da percepção das famílias e do Governo.

Existência de reduzidos estudos sociológicos que retratam as condições de vida das famílias após a ocorrência de desastre em Moçambique, os poucos existentes abordam com incidência a componente material, devendo este estudo contribuir na área de Sociologia do Desenvolvimento para uma reflexão do ente público sobre as melhores práticas em vista aperfeiçoar o seu desempenho no processo de assistência das famílias principalmente na fase de recuperação." De acordo com o Decreto n.º 76/2020 de 1 de Setembro, artigo 4, do número 3 preconiza que "entidades de investigação científica e técnica devem cooperar na realização, de entre outras, nas seguintes actividades: alínea b) estudo de formas adequadas de prevenção das pessoas em geral, instalações, serviços essenciais e das infra- estruturas socioeconómicas e do património cultural."

É neste contexto, que procuramos dar o nosso contributo para o aprimoramento de mecanismos de gestão e assistência na fase de recuperação após desastre.

CAPÍTULO I- ESTADO DA ARTE SOBRE A DESTERRITORIALIZAÇÃO

1.1 Análise Contextual da vida das famílias desterritorializadas após o desastre

A temática sobre a desterritorialização resultante de desastres naturais e com ênfase na fase de recuperação após ocorrência do evento, tem sido pesquisado por academias e com maior relevância no ramo de Sociologia de Desastres principalmente no Brasil. Moçambique apresenta um número reduzido de pesquisas referentes a fase de recuperação após desastres e dos estudos existentes, poucos debruçam-se sobre os aspectos materiais e imateriais ou simbólicos, como o hábito, os valores, a identidade, a cultura, os laços sociais, as conexões sociais e bem como as inter-relações entre os afectados pelos desastres.

No país, existem estudos, incluindo monografias e dissertações que retratam os reassentamentos de índole económico, resultante de mega projectos ou de áreas de conservação. Realce que estes últimos reassentamentos, tem merecido maior preocupação por parte das agências financeiras internacionais, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, Banco Africano de Desenvolvimento entre outras.

Os reassentamentos, independentemente das suas causas, em muitos casos impactam negativamente na vida dos cidadãos, levando ao seu deslocamento, retirada do seu habitat natural, encontrando-se um paralelismo entre os reassentamentos económicos e os reassentamentos resultantes de desastres.

Os reassentamentos resultantes de actividades económicas, as suas análises são meramente económicas e fundamentam-se na metodologia de análise custo-benefício, na qual um projecto é economicamente justificável quando a soma dos benefícios propiciados por ele supera a soma dos custos acarretados. Tudo é traduzido de forma monetária, ou seja, explica-se todas as acções, benefícios individuais, colectivos e impactos pelo viés financeiro (IDB, 1999, n.p). É uma abordagem que trabalha apenas com somas e quantidades gerais sem levar em consideração o peso dos benefícios e sacrifícios individuais em cada família ou comunidade afectada.

Esta abordagem encontra semelhança com as acções do Governo, que instituiu um subsídio financeiro de mobilidade para arrendamento de casas e também definiu como medidas de apoio às vítimas, a compensação através de construção de casas no bairro de reassentamento, sendo todas as medidas tomadas, de índole material e financeiro, descartando outras dimensões imateriais de assistência às vítimas.

Neste contexto, a compensação tende a basear-se numa valorização dos recursos que as pessoas usam. No entanto, o uso de recursos específicos é dependente das relações sociais e com outros recursos que são usados, através de uma compreensão integrada de vidas e meios.

Cernea (2002/4, p.8) é um dos maiores críticos a essa forma de abordagem, que tem sido preponderante no desenho da maioria das políticas de reassentamento. Ela conduz o processo de reassentamento numa lógica de acção e compensação, na qual se supõe que a simples compensação pelos danos e perdas do processo não é suficiente para o restauro do padrão de vida da população afectada. Existem custos inerentes ao processo que são incomensuráveis como, por exemplo, as redes sociais e as oportunidades de sobrevivência decorrentes destas, que são totalmente desmanteladas.

Cernea (2003, p.16) caracteriza o reassentamento como “um terramoto que destrói os sistemas de produção e as redes sociais, arruína as individualidades e mergulha os afectados numa espiral descendente de pobreza”. As perdas de capital dos reassentados não incluem apenas o capital físico natural ou construído, mas também o capital humano e social, na forma principalmente de organização social. A perda de renda não se resume à renda em dinheiro, pois também inclui a perda dos benefícios em forma de capital cultural, identidades, *status* e a rede social.

Desta forma, o reassentamento pode ser e tem sido em muitos casos ao redor do mundo, um ponto inicial para o empobrecimento de populações inteiras, ao invés de cumprir com a meta inicial das políticas públicas, a melhoria da qualidade de vida.

De Wet (2004) secunda estas ideias, quando fundamenta que um reassentamento pode ter graves repercussões que não podem ser medidas exclusivamente em termos económicos. A quebra de relações comunitárias estabelecidas, desarticulação social entre pessoas que se encontram num ambiente sociocultural diferente após a reinstalação e o trauma psicológico de mover-se em um ambiente estranho, pode ser grave se os esforços para desenhar e implementar programas de reinstalação não são sensíveis às necessidades e preferências das comunidades.

Para Portas (1995, p.151) “realojar não significa apenas transferir fisicamente as populações das barracas para os novos bairros. Estamos a lidar com pessoas inseridas em sistemas sociais estabilizados que vão ser afectadas com a mudança de habitat. Por isso precisam de ser devidamente acompanhadas, integradas e promovidas segundo processos e

metodologias adequadas. Se não for assim, arriscam-se os actores do realojamento a criar problemas sociais de difícil resolução no futuro”.

Quarantelli (2005, p. 325-396), considera desastre uma crise que exige foco no processo colectivo de planeamento. Não se trata, pois, de os gestores produzirem planos escritos, veiculá-los como uma panaceia, formalizando intenções públicas com o bem-estar dos grupos vulneráveis, mas promoverem efectivamente interacções e relacionamentos que permitam trocas de conhecimento, treinamentos conjuntos e capacidade ampliada de avaliação, de apoio mútuo, bem como se comprometendo com a actualização/ socialização constante das informações. Continua o referido autor, alertando para o facto de que não é o incremento tecnológico *stricto*, mas a reconceptualização das políticas públicas o que está em jogo no entendimento do que sejam desastres; isto é, a compreensão acerca de como funciona e o que fazer quando a estrutura social entra em considerável *stress*.

Valencio e Valencio (s/d, p. 6-7) refere que na desterritorialização das famílias, considera-se que quanto mais se retarde as providências de reconstrução, mais se assiste à transformação de desalojados em desabrigados e vice-versa. O desalojado torna-se desabrigado quando cessam as condições de acolhida privada, no geral, devido à perda (a) do ambiente de liberdade e intimidade da família anfitriã ou (b) das condições materiais desta para dar continuidade ao apoio aos acolhidos ou, ainda, (c) decorrente da insuficiência ou suspensão do valor de auxílio-moradia fornecido pelo Estado para prover o arrendamento de um imóvel alternativo. A alteração da condição de desabrigado para a de desalojado dá-se, sobretudo, quando o contexto de convivência e suprimento dos mínimos vitais na casa transitória se torna aquém do admissível aos valores, princípios e necessidades psicossociais e materiais do indivíduo ou da família. Há, ainda, a situação usual de desabrigados e desalojados que, diante a imobilidade do ente público para reconstruir moradias, retornam aos terrenos interditados e ali refazerem parcamente seu tecto visando a restituição de sua privacidade – fundamento da saúde psicossocial - e rearticularem seus meios de vida; e, por fim, há os que vivenciam o descaso absoluto dos gestores públicos (...) Em anomia, seguem em migração, perambulando pelas cidades, como população em situação de rua.

Se, entre os sobreviventes do desastre, a condição de desabrigado é caracterizada como a mais socialmente degradante, não é com a prática pública de desactivação dos abrigos provisórios³ que o problema social está resolvido. Ao contrário, transmuda-o para a intensificação da degradação das alternativas de alojamento que, no geral, repercutem na

³ Entendido como centros de acomodação.

piora das relações nas redes privadas das famílias. Há, de facto, uma violência institucionalizada subjacente à difusão de tais práticas, que, ao dissolver compulsoriamente os abrigos que perduram por meses ou anos, joga para debaixo do tapete a questão essencial que subjaz a existência desses lugares: a falta ou ineficácia das acções recuperativas que centralmente, deveriam focalizar a garantia do direito à moradia digna e segura ao grupo.

A retirada das famílias dos locais de risco para os centros de acomodação e destes para casas provisórias, estando na situação de desabrigados, coloca as famílias numa situação de desterritorialização extrema, constituindo-se como o que Haesbaert (2004, p.7) definiria como um aglomerado humano de exclusão, marcados pela instabilidade espacial, pela insegurança em relação ao futuro mais imediato, pela ameaça de um tipo de despejo; enfim, pelo fantasma de ser, a qualquer momento, descartados como pessoa. Para o mesmo autor, a estratégia de dispersão de grupos vulneráveis faz parte de um arcabouço de violência material e simbólica ainda presente nas práticas correntes das várias fracções com ênfase para o Estado que actua nas emergências, incluindo as instituições de defesa civil e assistência social ainda que em contradição com aspectos de seu discurso institucional e a criminalização dos afectados passa a ser seu complemento indispensável. Na dispersão, as fracções do Estado se desresponsabilizam pela protecção aos direitos da pessoa dos afectados.

Os argumentos de Haesbaert (2004), encontram consonância com as acções do poder público que no processo de atribuição do subsídio de mobilidade, dera liberdade às famílias para arrendarem as casas sem nenhum critério e parâmetro definido, medida esta que contribuiu para a dispersão das famílias, arrendamento de casas a baixo custo e sem condições e despejo devido a demora no desembolso do subsídio, constituindo uma forma de violência simbólicas às famílias.

Abrigos e acampamentos constituem, sim, a evidência mais cabal de uma desfiliação social que os desastres incrementam. Quando mais perdurem no tempo, maiores são os indícios de que as providências públicas têm falhado na consecução de medidas recuperativas, o que é factor muito incómodo para as autoridades; quanto mais, diante de vultosos recursos liberados – fora de rigores de processos de licitação – para proteger os grupos afectados, objectivo que, com o passar do tempo, parece fugidio (Valencio 2011, p.144).

A desterritorialização das famílias ocorrida em 2018 com o aluimento da lixeira fez com que o Governo assumisse o compromisso de construção de casas e com previsão para a

entrega 1 ano depois do desastre, significando que até 2019, todas as casas seriam entregues pelo Governo às vítimas. Todavia, por exiguidade de fundos do erário público, este compromisso não foi honrado e até a altura da pesquisa, apenas 47 famílias tinham sido reassentadas definitivamente. Este facto, encareceu o processo e levou ao incumprimento das obrigações contratuais do Estado com as famílias afectadas, impactando negativamente na estrutura social das mesmas.

Elias e Scotson (2000, p.27), referem que aos abrigados tem restado, como último recurso, as manifestações públicas de insatisfação quanto ao estado de desatendimento, desconsideração e afins; manifestações essas que tomam a forma de resistência que o grupo tem encontrado para não ser invisibilizado e, por conseguinte, evitar ser exterminado de cena, abandonado. A manifestação gera incómodo à lógica do gestor do equipamento público, traz à tona as limitações de seus procedimentos burocráticos. Constitui-se como um acto que é tipicamente mágico pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e para ele próprio, atestando, assim, a sua existência como grupo conhecido e reconhecido” (Bourdieu, 2004a, p. 118). Isto é, a manifestação faz parte de uma luta simbólica e, nesse caso, refere-se a uma luta pela moradia e por um território.

Para o caso das vítimas do aluimento da lixeira de Hulene B, o apoio financeiro para arrendamento de casas e em alguns casos, o reassentamento de famílias em Pussulane, contribuiu para o empobrecimento destas, tendo em conta que este não teve em conta outras dimensões como a organização social, incluindo a restauração dos meios de subsistência da maioria dos residentes locais.

A falta de comunicação e o fraco envolvimento e articulação entre o Governo e as vítimas, nas acções de assistência social na fase de recuperação, suscita manifestações das famílias no Conselho Municipal de Maputo, contrariando os princípios do Governo que consistiam na criação de melhores condições de vida e dignidade às vítimas do desastre.

Conforme depreendemos, observa-se um défice considerável de pesquisas sobre a vida das famílias após a ocorrência de desastres, muitos estudos abordam os reassentamentos económicos, havendo necessidade de dotar os decisores públicos e de todos actores envolvidos na assistência social, de ferramentas para pesquisas em dimensões como a inclusão social dos afectados, na fase de recuperação, nos locais de acomodação transitória, de arrendamento temporário e casa definitiva.

Assim a relevância da nossa pesquisa emerge do facto de estudos que têm sido realizados em Moçambique incidirem maioritariamente no reassentamento resultante de actividades económicas e na avaliação e compensações em espécies e ou em dinheiro, e esta pesquisa pretender abordar outras dimensões qualitativas de assistência, com maior incidência na captação e percepção das experiências de vida das vítimas de aluimento da lixeira na fase de recuperação após ocorrência do desastre, podendo constituir um contributo de pesquisa no ramo de Sociologia de Desenvolvimento.

CAPÍTULO II: ABORDAGEM CONCEPTUAL E TEÓRICA

2.1 Conceito de Desterritorialização

Cada momento histórico e contexto geográfico revelam sua própria forma de desterritorialização, quer dizer, sua própria relação de domínio e/ou apropriação do espaço, privilegiando determinadas dimensões do poder. Assim, a utilização desse conceito de desterritorialização deveria ser aplicada a fenómenos de efectiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados, impossibilitados de construir e exercer, efectivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-económica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (Haesbaert, 2004, p. 312).

Haesbaert (2002, p.185) aponta a existência de desterritorializações extremas também denominadas como aglomerados de exclusão. Estes compreendem os grupos marginalizados “no sentido de exclusão social de facto, o que significa a própria exclusão do circuito capitalista explorador, típica da desterritorialização que as redes das classes sociais hegemónicas promovem no espaço dos miseráveis”.

Para ele, “toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social são também, em algum nível, exclusão sócio espacial e, por extensão, exclusão territorial” (Haesbaert, 2004, p. 315). A desterritorialização é assim entendida como um processo voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controlo das territorialidades pessoais ou colectivas, de fractura no acesso a territórios económicos, simbólicos, a recursos e a bens (Idem).

Para Fernandes (2008, p.5), a desterritorialização é precisamente a quebra do controlo de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: no caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respectivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica. Para este autor, a desterritorialização será um processo (muitas vezes violento e quase sempre involuntário) de “privação de território”, perda de controlo e domínio das territorialidades pessoais e/ou colectivas, isto é, redução evidente do acesso: aos lugares económicos e

simbólicos, aos recursos, à habitação a outros lugares que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo”.

Tuan (1980) considera a desterritorialização como uma quebra do vínculo que une cada indivíduo ao seu território. Caracteriza-se assim, por ser uma ameaça, uma fractura, uma quebra na topofilia.

Segundo Haesbaert (2004, p.31), os processos de desterritorialização correspondem a uma perda de referências espaciais (mas não a uma perda de espaço) e a um processo de desenraizamento involuntário, à perda de autonomia e liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico e consequente crise social e psicológica com desajustes de afirmação identitária e económica.

Com base neste conceito sobre a desterritorialização, observa-se que o mesmo emerge na perda do domínio da territorialidade pessoal e colectiva por actos involuntários, impacta na perda ou alguns casos na redução ao acesso dos benefícios económicos e simbólicos, a casa, serviços como escolas e unidades sanitárias, locais de recreio para as crianças, isto é, eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo. Portanto, este conceito desempenhará papel importante na análise e avaliação dos impactos da desterritorialização das vítimas da lixeira de Hulene, no que tange as suas territorialidades e acesso a todos os benefícios do direito a cidade, compulsando estes fenómenos com a teoria de violência simbólica.

2.2. O conceito de Vulnerabilidade

O termo vulnerabilidade surgiu na área dos Direitos Humanos para designar “grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, protecção ou garantia de seus direitos de cidadania (Ayres JRCM et al, 1999, p.179).

A Lei n.º 10/2020 de 24 de Agosto define “Vulnerabilidade como condições determinadas por factores físicos, sociais, económicos e ambientais que aumentam a susceptibilidade das comunidades ao impacto dos perigos ou da ocorrência de desastres”.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2021), vulnerabilidade social é um resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos actores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, económicas e culturais que provêm

do Estado, do mercado e da sociedade. Acrescenta ainda que vulnerabilidade inclui situações de pobreza, mas não se limita a ela.

Vulnerabilidade é definida como descrição da capacidade de uma pessoa ou falta dela para resistir a choques externos e a riscos, mantendo a sua subsistência e bem-estar (Waterhouse et al, 2007, p.100). A vulnerabilidade apresenta três principais dimensões, nomeadamente:

Falta de defesas internas: pode referir-se a factores demográficos ou ao ciclo de vida, tais como infância, doença crónica, idade avançada, ou factores sociais, tais como os estados de viuvez ou de orfandade. Diz respeito, por outras palavras, ao capital humano e social de uma pessoa.

Exposição a choques externos e a riscos: tanto pode dizer respeito a acontecimentos tais como desastres naturais e conflitos violentos, como a processos a longo prazo onde se incluem alterações climáticas, tendências de mercado, desvalorização de moeda.

Para Katzman (1999, p.61-68) a vulnerabilidade social deve ser entendida como a ausência, por parte de indivíduos, grupo ou famílias, de activos capazes de enfrentar determinados riscos, ou seja, que lhes dariam maior controle sobre as forças que afectam seu bem-estar, que lhes permitisse maior aproveitamento das oportunidades. Seriam os mesmos, físicos, humanos e sociais. O autor propõe então incorporar a ideia de mobilidade de estrutura a fim de repensar a dificuldade de determinados grupos em superar situações de vulnerabilidade, mesmo dispondo de diversos activos. O termo refere-se à propensão da população expostas aos processos potencialmente perigosos ou dos recursos económicos para as perdas, na estreita dependência de características físicas, sociais, políticas, económicas, culturais e institucionais dos territórios afectados.

Para Dwyer et al. (2004, p.9) a vulnerabilidade social define a capacidade de um elemento recuperar do caso de um desastre natural, enquanto para Wisner et al. (2004, p.11) a vulnerabilidade social representa o nível de resiliência e de resistência dos indivíduos e das comunidades quando expostos a processos de acontecimentos perigosos.

O conceito de vulnerabilidade social aplica-se a situações de desterritorialização causada por desastres naturais e alterações climáticas, que desafiam o Estado a prover condições de vida iguais ou superiores as anteriores, o acesso à estrutura de oportunidades sociais e independência financeira das famílias, condições que nem sempre o ente público

consegue prover, ora por inoperância dos seus órgãos ou mesmo por falta de recursos para o desencadeamento de acções arrojadas de provisão do bem-estar das famílias, entendendo-se que estas políticas constituem uma das formas de violência simbólica e levam a vulnerabilidade das famílias.

2.3. O conceito da família

Sarti (2007, p. 9) considera que a família é uma "referência simbólica fundamental que permite pensar, organizar e dar sentido ao mundo social, dentro e fora do âmbito familiar", pois, "pensada como uma ordem moral, constitui o espelho que reflecte a imagem com a qual os indivíduos ordenam e dão sentido" (Idem, p. 22). O seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo" (Idem, p. 52- 53). Por meio dela, perfazem-se códigos de obrigações que se constituem numa linguagem que possibilita negociar sentidos de actuação no mundo, dentro e fora do âmbito familiar, uma vez que a família pode ser compreendida como uma rede, "configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos" (Idem, p. 70).

Bruschini (1986, p.40) considera que a família constitui um espaço social distinto, na medida em que gera e consubstancia hierarquias de idade e sexo. Ela é o espaço onde as gerações se defrontam mútua e directamente e onde os sexos definem suas diferenças e relações de poder. Para a referida autora, o modelo harmónico, equilibrado e sem conflitos da família conjugal descrito pelo funcionalismo, baseado em tendências "naturais" de homens e de mulheres para o desempenho de papéis expressivos e instrumentais, revela-se simplificador diante da realidade observada no quotidiano.

Para a autora, a família "é um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afecto", isto é, como constitui um espaço social distinto, é composta de indivíduos de sexos, idades e posições diversificadas, que vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres. Dito de outro modo, "ao mesmo tempo em que nela (família) existe o conflito, há também interdependência e unidade entre seus membros, que querem manter preservado este espaço" (Bruschini, 1986, p.40).

O território mínimo que serve como elemento de construção social da realidade pela família é a casa. Esta pode ser concebida como um território, que tem historicamente

permitido “uma variedade de imagens e significados, seja ela entendida como uma construção específica que serve de abrigo, seja como uma imagem de um espaço simbólico de pertencimento social, de intimidade e de segurança” (Higuchi, 2003, p. 50).

Para Carvalho (2005, p.6), a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a protecção e a socialização dos indivíduos. Colocá-la como unidade de atenção das políticas públicas é um desafio na busca de opções mais colectivas e eficazes na protecção dos indivíduos de uma nação.

A família sendo o primeiro sujeito que referencia e totaliza a protecção e a socialização dos indivíduos, deve ser uma unidade de atenção das políticas públicas na busca de opções mais colectivas e eficazes na protecção dos indivíduos de uma nação. Sabe-se que a família é vista como a primeira projecção de educação e valores, sendo os pais educadores e formadores dos filhos para o meio social. O incumprimento dos deveres do Estado em relação aos seus cidadãos e dos pais em relação aos filhos, leva a que a família perca a referência simbólica fundamental, tornando-se vulnerável, podendo-se entender como uma forma de violência simbólica.

2.4 Referencial Teórico (Violência Simbólica)

Bourdieu (2007b) é o precursor da teoria de Violência Simbólica, que a define como uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos. O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «*illocutionary force*» mas que se define numa relação determinada e por meio desta entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (Bourdieu, 2007b, p. 14-15).

Ademais, o poder simbólico é exercido, unicamente, com a cooperação e convivência daqueles sujeitos que lhe são subordinados, uma vez que eles o constroem como um poder real, aderindo à lógica discursiva que impulsiona a integração moral e que,

consequentemente, possibilita a construção e reprodução do consenso acerca da ordem social instituída. Utilizando-se de tais subterfúgios, o poder simbólico viabiliza e legitima o exercício de outras formas de poder, por meio do obscurecimento da realidade (Bourdieu, 2000).

Para este autor, a violência simbólica define-se numa primeira abordagem, como uma violência dissimulada. Essa dissimulação lhe confere poderes particulares e uma eficácia específica, porém, no fundo ela continua sendo irreduzivelmente violência, que poderíamos dispor ao lado de outras espécies, tais como a violência física, por exemplo; ela não poderia ser utilizada de modo independente (Encreve e Langrave, 2005, p.303).

Pode-se dizer que este tipo de violência procura fazer com que uma classe favorecida imponha sua cultura às classes que são menos favorecidas. De sorte que a: violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou em outros termos, quando os esquemas que ele põe em acção para se ver e se avaliar, ou ver e avaliar os dominantes, resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (Bourdieu, 2003, p. 47).

Na nossa reflexão, a teoria de Violência simbólica encontra enquadramento no nosso objecto de estudo pois, o Estado tem o papel de desenhar políticas consentâneas para prover o bem-estar dos cidadãos. Neste caso, o ente público, na qualidade de classe dominante e com poder coercivo sobre o cidadão, planificara retirar as vítimas directamente afectadas pelo aluimento e ao redor do perímetro considerado de risco sob o argumento de salvaguarda de protecção e segurança das famílias e prover melhores condições de vida nos locais de reassentamento.

O Governo usou do seu capital simbólico, ou seja, poder para exercer influência sobre aqueles que não possuem esse ``status`` consubstanciando a teoria de Bourdieu que define a Violência Simbólica como coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante.

Com base nesses pressupostos acima, Faleiros (2008, p.33) define violência simbólica como o exercício de difusão de superioridade fundada em mitos, símbolos, imagens, mídias e

construções sociais que discriminam, humilham, excluem. Outra definição é a que se refere ao estabelecimento de regras, crenças e valores que “obrigam o outro a consentir; pela obediência, dominação ou servidão”.

A teoria de violência simbólica, advoga a existência dos dominados e dominantes. No processo da desterritorialização, observa-se uma relação de domínio e/ou apropriação privilegiando determinadas dimensões do poder. As famílias sujeitam-se a ordem emanada pelo dominante sob jugo de argumentos da criação do bem-estar das famílias, cabendo as famílias, neste caso classe dominada, acatar as ordens expressas sem ou com ínfima possibilidade de contra-argumentar.

A desterritorialização voluntária, ocorre devido ao convencimento aos dominados sobre o risco e a necessidade de abandono de determinadas áreas insalubres e de risco, classificações criadas pelo Governo para legitimar as suas acções sobre os cidadãos. A ocupação de novas áreas sem criação de condições de acomodação adequadas, indirectamente exclui estas famílias das vivências sociais e do bem-estar geral. Podendo se entender que estas acções constituem uma forma de “violência simbólica, caracterizada por ser suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, e que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (Bourdieu, 2003, p. 7-8).

Neste trabalho, nos propusemos dialogar em torno da teoria de Violência Simbólica fazendo a confrontação do papel do capital simbólico, neste caso a autoridade pública, sobre o cidadão e na sua influencia no concernente as condições de vida das famílias vítimas do aluimento da lixeira de Hulene, na criação do bem-estar das famílias, tendo em vista analisar as várias intervenções do governo no processo de gestão de desastres que de algum modo podem ser entendidas como violência simbólica, ainda que inconscientemente.

Adicionalmente, será relevante analisar o papel do Governo na planificação e programação de acções de coordenação, articulação e da participação das famílias no processo de tomada de decisão para o seu bem-estar e bem como aferir até que ponto houve imposição da cultura da classe dominante neste caso as autoridades públicas, o uso de meios coercivos em vista a criação de uma convivência e adesão das famílias neste processo de reassentamento. Adicionalmente, será importante avaliar se as acções do Governo através da coerção ainda que involuntária, terão levado os afectados situações de vulnerabilidade, de

ruptura de coesão social e exclusão social, constituindo algumas das manifestações de violência simbólica.

CAPÍTULO III: REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 Metodologia de elaboração da Pesquisa

Este trabalho, tratou-se de uma pesquisa social que recorreu ao método qualitativo, de modo a explicar o porquê das coisas, exprimindo o que é feito, os valores e as trocas simbólicas no processo de desterritorialização e a relação entre as autoridades e as famílias afectadas, no que respeita a coordenação e articulação para a criação do bem-estar destes últimos.

A pesquisa pretendia identificar e analisar os impactos da desterritorialização das famílias após o aluimento da lixeira de Hulene, avaliar o impacto do processo de reassentamento na melhoria efectiva das condições de vida e do bem-estar destas famílias e compreender quais os elementos fundamentais a considerar pelo GM num processo de assistência social em caso de desastre.

Em outras palavras, com esta pesquisa espera-se compreender o modo e qualidade de vida das famílias após o desastre, suas particularidades e experiencias individuais. Colher os sentimentos das vítimas sobre a sua vida após o desastre e sensibilidade do governo sobre o processo de assistência social.

O estudo de caso, teve o seu fundamento no aprofundamento de informação relacionada com as condições de vida dos desabrigados após ocorrência do desastre, isto é, na fase de recuperação, sua inserção nos centros de reassentamento, impacto do subsídio de mobilidade, descrição das condições sociais e económicas nas residências transitórias e na vila de reassentamento, a gestão de expectativas no abrigo e pela nova casa, bem como o relacionamento das famílias com o GM.

Para além da vivência nos centros de reassentamento, o estudo analisou com alguma profundidade a vida na fase de recuperação, principalmente com a atribuição do subsídio de mobilidade às famílias afectadas, a vida em residência transitória e na vila de reassentamento.

A compreensão destas vivências permitiu o alcance de resultados que pudessem ser utilizados na solução de problemas que ocorrem na realidade em processos similares.

3.2 Técnicas de Pesquisa

3.2.1 Pesquisa bibliográfica

Esta técnica jogou um papel fundamental, pelo facto de poder se buscar informação relevante a partir de fontes secundárias constituídas principalmente de livros, artigos científicos, dissertações e teses. Para além da informação específica da nossa área de intervenção, esta técnica permitiu-nos, obter informação sobre os conceitos desterritorialização, vulnerabilidade, família, teoria de violência simbólica e conjunto de estudos desenvolvidos com a mesma temática noutros quadrantes e assim, aprofundar o conhecimento e concepção da temática e do problema para a redacção do protocolo e o relatório final da presente pesquisa. Escolheu-se esta por oferecer como principal vantagem o facto de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito amplos sobre o tema em estudo.

A aplicação desta técnica, consistiu no levantamento de fontes documentais primários e secundários nas bibliotecas, instituições públicas e outras, afins, sendo que esta informação foi usada para o suporte teórico da pesquisa.

3.2.2 Entrevista

Como forma de compreender os impactos sociais e económicos da desterritorialização resultante do aluimento da lixeira de Hulene B, realizou-se entrevistas semiestruturadas para os chefes dos agregados, seus familiares e aos membros da comissão de moradores e principais decisores e peritos nos assuntos de gestão de desastres do ente público. Foram entrevistados para além dos membros do agregado familiar das vítimas, representantes de agências governamentais (técnicos do Governo central do sector que superintende o ordenamento territorial).

A escolha desta técnica está ligada a grandes vantagens que oferece, pois é eficiente e permite obter dados de uma forma profunda, não exigindo que o entrevistado saiba ler nem escrever e é muito flexível possibilitando ao entrevistador esclarecer perguntas e sondar. Esta técnica mereceu ainda, tratamento especial pelo facto de que ela permite a interacção face a face, pois tem o carácter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida, definição dos indivíduos, a expressão corporal dos entrevistados, a tonalidade das suas vozes e a ênfase dada às respostas.

Para o alcance dos resultados pretendidos, organizamos um guião de entrevista e questionário composto por 3 alvos a entrevistar, nomeadamente as comunidades afectadas pelo fenómeno, os técnicos do Governo (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural) e os do Conselho Municipal da Cidade de Maputo. Para os membros da comunidade, foram disponibilizadas 16 questões, onde para além de informação geral sobre o perfil do entrevistado (idade, emprego, nível académico, agregado familiar entre outros), colheu-se informação sobre as várias etapas de vida, desde o local do desastre, até as fases subsequentes, pretendendo captar as percepções e o sentimento das famílias sobre o processo de assistência social do Governo.

Para os técnicos do Governo central, elaborou-se um guião com 15 questões que foram respondidas individualmente e em separado pelos técnicos entrevistados. Com a separação dos técnicos durante o processo de entrevistas, pretendia-se analisar, se as medidas tomadas pelo Governo no processo de assistência social encontravam consonância com a opinião pessoal dos técnicos ou porque estes deviam apenas obedecer as ordens superiores.

As entrevistas aos técnicos foram intencionais tendo em conta que estes participaram em todo o processo de gestão deste desastre. Realce que apesar do tempo limitado, em média 50 minutos para as comunidades e 30 para os técnicos do Governo, algumas entrevistas extrapolaram o tempo médio, tendo em conta a motivação e sentimento emocional de cada entrevistado.

3.2.3 Grupo Focal

O grupo focal como técnica, foi usada no processo de interacção com os técnicos do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, estes técnicos dispunham de 23 questões tendo sido respondidas pelo grupo, sendo que uns argumentavam e tinham o suporte de outros membros do grupo. Esta técnica foi útil por permitir a discussão dos objectivos comuns dos técnicos do Município, formando opiniões comuns em relação a matéria em estudo.

Durante a realização de grupo focal, algumas afirmações foram reforçadas com documentos secundários fornecidos pelos entrevistados. Com esta técnica procurou-se analisar as dimensões reflexivas dos técnicos do Conselho Municipal sobre a análise e avaliação do processo de assistência humanitária sob o ponto de vista da entidade responsável pelo exercício deste processo.

3.2.4 Observação Directa

Mereceu ainda aplicação neste estudo, a observação directa para colher a percepção in loco dos factos, permitindo assim uma alta validade e fidedignidade da informação obtida. Com esta técnica observou-se os locais onde as famílias actualmente residem, as vivências das famílias, os seus laços sociais, o meio que lhes rodeia, as infraestruturas e equipamentos sociais ao seu redor, suas rotinas, interações sociais para uma melhor análise das condições nas quais se encontravam e encontram, recorrendo-se também ao registo de imagens fotográficas das áreas residenciais actuais e do acervo fotográfico da então zona de origem.

A técnica foi aplicada para se ter a melhor ideia, sobre as condições em que os agregados se encontravam, a avaliação ainda que superficial da qualidade de vida tendo em conta a área de residência e as condições existentes ao redor. Adicionalmente, foi relevante durante as entrevistas aos intervenientes no processo, nomeadamente a comunidade e técnicos de instituições públicas, permitindo assim, observar o estado emocional e o comportamento das pessoas.

3.2.5 Análise de Conteúdo

Esta técnica consistiu na análise sistemática qualitativa dos dados colectados nos processos de comunicação verbal e de documentos existentes sobre o tema., culminando com a redacção e interpretação dos resultados.

3.3 Definição da Amostra

Os quarteirões 58, 77, 78, 116, 124, 125 e 129 contavam com um universo 262 famílias afectadas pelo desastre, sendo algumas dirigidas por mulheres e na sua maioria por homens segundo dados do levantamento socioeconómico de 2018 da equipa multisectorial composta pelo CMCM, MITADER e INGC. Para a colecta de dados foi definida uma amostra de 40 membros dos agregados familiares correspondentes a 15% das famílias directa e indirectamente afectadas e 6 técnicos de instituições públicas envolvidas no acompanhamento e assistência social na fase de recuperação após desastre.

Para a selecção das pessoas a entrevistar, obedeceu-se como critério a acessibilidade e disponibilidade, isto é, com base na lista disponibilizada pelo CMCM, procurou-se os membros do agregado com telefone activo e residentes na cidade de Maputo e Matola, incluindo os distritos de Boane e Marracuene. Devido a escassez de tempo, a disponibilidade foi um dos critérios, onde primeiro tinha-se em conta a residência actual e formas de acesso, dando-se primazia as famílias residentes em Pussulane (quarteirões 124 e 125) e nos outros locais acima e preferencialmente com disponibilidade para a entrevista. As entrevistas foram

marcadas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, tendo algumas decorridas nos pátios dos locais de trabalho, restaurantes, nas residências dos entrevistados ou em recintos neutros como escolas, durante os dias úteis e em fins-de-semana e feriados, depois de concordado o dia e a hora com os entrevistados.

Para a realização da pesquisa, usou-se como técnica a amostragem não probabilística intencional ou por julgamento, com amostragem heterogénea, isto é, baseada na selecção dos entrevistados com características diferentes, famílias com ou sem ambos os cônjuges, chefes de agregado familiar com emprego formal e sem emprego formal, desempregados. Recorreu-se ao uso desta técnica para garantir a presença máxima de variabilidade nos dados primários.

Os técnicos do nível central e Conselho Municipal foram seleccionados intencionalmente por terem participado directamente em todo o processo, daí poderem apresentar dados relevantes para a pesquisa. Seleccionou-se 3 funcionários da antiga DINOTER, adstrita ao MITADER, dos quais 2 técnicos e o Director Nacional do pelouro de Ordenamento Territorial e Reassentamento no extinto MITADER que na altura participaram nas actividades de levantamento socioeconómico e identificação da área de reassentamento, 3 técnicos do CMCM, incluindo a chefe do Departamento de Mudanças Climáticas que para além de participação no levantamento socioeconómico também prestaram assistência na identificação de áreas para edificação do centro de reassentamento, na assistência humanitária, incluindo o processo de atribuição do subsídio de mobilidade e constituíam elo entre o Governo Municipal e a comunidade.

3.4 Pesquisa Empírica

No contexto do aluimento da lixeira de Hulene, foram alvo de desterritorialização 262 famílias residente no bairro de Hulene B. Em Março de 2018, no âmbito da assistência social do CMCM iniciou a primeira fase de acomodação nos centros de reassentamento e posteriormente em casas de arrendamento temporário, depois de um memorando de assistência financeira firmada entre o extinto MITADER e o CMCM para o arrendamento provisório e construção de novas casas na VRP.

O objecto empírico da presente pesquisa incidiu sobre algumas famílias que residiam no bairro Hulene B que foram alvo de retirada e reassentamento, e a nossa amostra recaiu em 40 agregados familiares, distribuídos pelas famílias dos quarteirões, 61, 68, 77,116,119 124, 125 e 126 para além de 6 técnicos e dirigentes do Estado. Procurou-se analisar a vida das famílias afectadas nas fases após a ocorrência do desastre, avaliar o processo de recuperação

com o acompanhamento do Governo, incluindo assistência social e bem como compreender de que modo, as famílias se apropriaram do novo espaço de acordo com as suas referências sociais e económicas, bem como apresentar de forma generalizada a caracterização e contextualização da vivência das famílias após o desastre até a fase de recuperação.

3.5 Aspectos Éticos da Pesquisa

Para a realização das entrevistas, recorreu-se a base de dados sobre os agregados familiares, disponibilizada pelo CMCM e DINOTER. Os encontros com os entrevistados baseavam-se em comunicação prévia através do telefone recorrendo-se aos números existentes na base de dados, ligava-se para os potenciais interessados, explicava-se o objectivo e só depois do deferimento do pedido, procedia-se a marcação do encontro e entrevista.

Para maior credibilidade do trabalho, foi-nos facultado uma credencial da faculdade de Letras e Ciências Sociais dirigida a comunidade afectada. Antes do início das entrevistas pedíamos consentimento para gravar e ou registar numa ficha o depoimento dos entrevistados. Adicionalmente, procurávamos saber da preferência do entrevistado quanto ao anonimato ou não e felizmente todos mostraram abertura.

Tendo em conta que algumas questões eram sensíveis, isto é, podiam magoar aos entrevistados que perderam seus entes, previamente apresentava-se o roteiro das questões e deixava-se ao critério do entrevistado responder de acordo com a sua disponibilidade.

Para a realização da pesquisa contou-se com consentimento informado e esclarecido, tendo a participação sido voluntária e com garantia de confidencialidade das respostas de cada agregado familiar.

3.6 Constrangimentos

No desenvolvimento desta pesquisa, observou-se alguns constrangimentos, mas que felizmente não influenciaram no alcance dos resultados pretendidos. Dentre os constrangimentos, destaca-se a dificuldade na marcação e cumprimento da agenda de entrevistas, tendo em conta que alguns entrevistados não têm tempo nos dias úteis, razão pela qual, algumas entrevistas foram realizadas no sábado e no domingo no período da tarde, incluindo feriados.

No processo de contacto com os potenciais entrevistados, estes recebiam participar da pesquisa temendo represália por parte do Conselho Municipal, e só acediam às entrevistas depois de um trabalho aturado do convencimento sobre os objectivos do trabalho.

A maioria dos nossos entrevistados, com a atribuição do subsídio de mobilidade, encontravam-se dispersos, alguns em Boane, Marracuene, Bobole, Mateque, Hulene, Laulane entre outros locais, tendo exigido do pesquisador maior esforço financeiro para suportar os encargos relacionados com o transporte até aos encontros com os entrevistados no local previamente acordado.

Apesar deste trabalho ser meramente científico, alguns de nossos entrevistados solicitavam apoio financeiro para aceder a entrevista, contudo, este não foi disponibilizado, apenas em alguns casos água ou lanche.

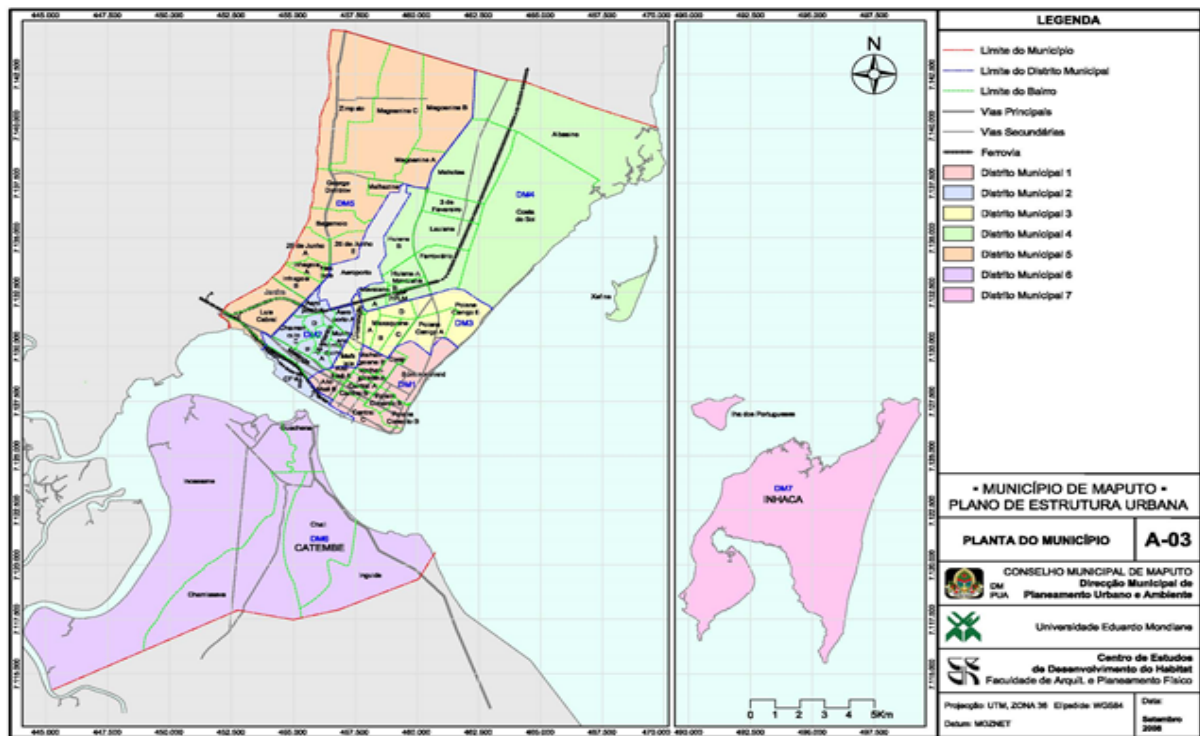
CAPÍTULO IV: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA E DEMOGRAFIA

4.1 Enquadramento Geral da Cidade de Maputo

O Município de Maputo é composto por três distintas áreas, separadas pela Baía com mesmo nome, que são o centro do Município com 7 distritos Municipais, a Catembe e a ilha de Inhaca, que correspondem aos distritos municipais 6 e 7 respectivamente. A pequena ilha Xefina é administrativamente considerada como fazendo parte do distrito municipal 4, localizado no anteriormente designado centro do Município.

A sua superfície total corresponde a cerca de 308 Km², sendo a maior área a do centro do Município com cerca de 167 Km² (54%), seguida pela Catembe com 94 Km² (31%) e Inhaca com 47 Km² (15%). (PEUMM, 2010)

Figura 1.1: Mapa da Cidade de Maputo



Fonte: PEUMM, 2010

Segundo o PEUMM (2010), o Município de Maputo é limitado:

- Norte- pelo distrito de Marracuene;
- Sul- com o distrito de Matutuíne;
- Este- com a baía de Maputo;
- Oeste- com o distrito de Boane.

Quadro 1.1- Organização Administrativa do Município de Maputo⁴

Unidades Administrativas	Área Residencial (Bairro)
Distrito Municipal nº 1	<ul style="list-style-type: none"> • Central A, B e C

⁴ Com a nova toponímia da Cidade de Maputo, os distritos municipais 1, 2, 3, 4, 5, da Catembe e da Inhaca, passaram a denominar-se distrito municipal Ka Mpfumu, Ka Nhlamakulu, Ka Maxaqueni, Ka Mavota, Ka Mubukwani, Ka Tembe e Ka Nyaka respectivamente.

	<ul style="list-style-type: none"> • Alto Maé A e B • Malhangalene A e B • Polana Cimento A e B • Coop • Sommershield
Distrito Municipal nº 2	<ul style="list-style-type: none"> • Aeroporto A e B • Xipamanine • Mikhadjuine • Unidade 7 • Chamanculo A, B, C e D • Malanga • Munhuana
Distrito Municipal nº 3	<ul style="list-style-type: none"> • Mafalala • Maxaquene A, B,C e D • Polana Caniço A e B • Urbanização
Distrito Municipal nº 4	<ul style="list-style-type: none"> • Mavalane A e B • FPLM • Hulene A e B • Ferroviário • Laulane • 3 de Fevereiro • Mahotas • Albazine • Costa do Sol
Distrito Municipal nº 5	<ul style="list-style-type: none"> • Bagamoyo • George Dimitrov(Benfica) • Inhagóia A e B • Jardim • Luis Cabral

	<ul style="list-style-type: none"> • Magoanine A, B e C • Maslhazine • Nsalene • 25 de Junho A e B • Zimpeto
Distrito Municipal da Catembe	<ul style="list-style-type: none"> • Gwachene • Chali • Inguide • Incassane • Chamissava
Distrito Municipal da Inhaca	<ul style="list-style-type: none"> • Ingwane • Rilewene • Nhaquene

Fonte- PEUM, 2010

4.2 Limites Geográficos do bairro Hulene B

Norte- bairro Magoanine

Sul- bairro Hulene A

Este- bairros 3 de Fevereiro, Laulane e Ferroviário

Oeste- bairro Aeroporto

4.3 Perfil Demográfico e condições sociais e económicas dos entrevistados

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, com base no Recenseamento Geral da População e Habitação 2017, o bairro Hulene B contava em 2017 com 45 684 habitantes dos quais 21 854 homens e 23 830 mulheres. O agregado familiar dos entrevistados varia de 2 a 16 membros. O nível académico varia do elementar até a 12^a classe, havendo casos de entrevistados que nunca frequentaram uma escola.

Parte considerável dos nossos entrevistados foram⁵ catadores de lixo e alguns ainda o são e ganham em média 3000,00 MT por dia, as mulheres vendem comida confeccionada, água, refrigerantes e produtos diversos como cigarros e bebidas alcoólicas aos catadores.

⁵ O Município definiu como condição para as famílias receberem o subsídio de mobilidade, o abandono da actividade na lixeira e arrendamento das casas distante do local do desastre.

Parte dos chefes de agregado familiar são funcionários públicos e também trabalham no sector privado maioritariamente como guardas de segurança e as mulheres são domésticas ou empregadas domésticas.

Os residentes chefes do agregado familiar entrevistados, vivem maioritariamente do comércio, sendo formal para alguns em mercados como Xiquelene, Zimpeto e Malanga, seguranças em algumas instituições, outros tem a lixeira como seu ganha pão, sendo catadores de lixo com ênfase na colecta de garrafas plásticas, garrafas de vidro, metais e outros materiais recicláveis. Devido a proximidade dos locais de trabalho, escolas, creches, igrejas e unidades sanitárias, os nossos entrevistados informaram que maioritariamente deslocavam-se a pé para estes locais, à excepção de doença e de deslocação a escolas de níveis não existentes localmente.

Por se tratar do local do sustento das famílias, apesar da sensibilização do Conselho Municipal e parceiros como a JICA, as famílias mesmo reconhecendo a insalubridade e as condições inóspitas da área, nunca tiveram vontade de abandonar a área, apenas um número reduzido saiu voluntariamente do local para Phazimane e outros bairros ao redor de Hulene. No processo de retirada das famílias, o Município foi inapto em criar ou requalificar as áreas livres, razão pela qual prevalecia a ocupação das mesmas áreas pelos antigos donos que arrendavam as casas⁶.

4.3 Perfil Demográfico das famílias entrevistadas

O estudo incide sobre as famílias do bairro Hulene B, dos quarteirões 124 e 125 directamente afectados pelo aluimento da lixeira, e dos restantes quarteirões nomeadamente 61,77,116, 126, 68 e 119 que apesar de não terem sofrido directamente com o aluimento da lixeira, as suas casas foram demolidas pelo poder público por se encontrarem em área considerada de risco. Os nossos entrevistados têm como característica comum, o facto de terem vivido no centro transitórios tanto do Albazine como do Ferroviário e de beneficiarem do subsídio básico também chamado de subsídio de mobilidade.

De acordo com os dados recolhidos nas entrevistas, no que respeita à actividade profissional, as categorias predominantes são os comerciantes, maioritariamente informais e alguns formais, catadores de lixo, guardas de segurança privada, empregadas domésticas e

⁶ Esta informação foi prestada pela chefe Departamento de Mudanças Climáticas do CMCM e refere-se a alguma inoperância do Município como motivo para a ocupação das áreas de risco pelos munícipes.

pedreiros. Em termos de escolaridade, nenhum dos entrevistados possui nível superior, sendo que muitos não concluíram o ensino primário obrigatório (7ª classe), podendo-se concluir que predominam as categorias de baixas qualificações.

Quadro 1.2: Perfil sociodemográfico dos entrevistados

Codigo Entrevista	Idade	Sexo	Estado Civil	Nível de escolaridade	Profissão	Residência Transitória	Residência Actual	Agregado
E1	47	F	Casada	6ª Classe	Vendedora/Catadora		B. Jardim	10
E2	48	M	Casado	7ª Classe	Segurança	Hulene (perto do aeroporto)	Pussulane	6
E3	52	F	Solteira	4ª Classe	Catadora de lixo	Ferroviário	Pussulane	1
E4	54	M	Solteiro	8ª Classe	Pedreiro	Hulene B	Pussulane	8
E5	68	M	Solteiro	4ª Classe	Marceneiro/Carpinteiro	Hulene B	Pussulane	
E6	52	M	Casado	9ª Classe	Pedreiro	Manhiça	Pussulane	3
E7	48	M	Casado	7ª Classe	Catador de lixo	Vila de Marracuene	Pussulane	3
E8	50	F	Solteira	Analfabeta	Catadora de lixo	Zimpeto	Pussulane	3
E9	40	F	Solteira	6ª Classe	Vendedora (cosméticos)		Maxaquene B	5
E10	52	F	Solteira	12ª Classe	Técnica Profissional		Benfica	3
E11	44	F	Solteira	6ª Classe	Vendedora (Cosméticos)		Xipamanine	5
E12	54	F	Solteira	6ª Classe	Doméstica com banca em casa		Hulene B	10
E13	46	F	Casada	11ª Classe	Empregada doméstica	Hulene (Força do Povo)	Pussulane	6
E14	22	M	Solteiro	12ª Classe	Empreendedor/Informal	Hulene (Expresso)	Pussulane	5
E15	55	F	Solteira	7ª Classe	Catador de lixo	Hulene	Pussulane	6
E16	52	F	Solteira	4ª Classe	Vendedora (calamidade)	Hulene	Pussulane	4
E17 ⁷	29	M	Solteiro	5ª Classe	Desempregado	Hulene (Expresso)	Pussulane	3
E18	64	F	Casada	Analfabeta	Catadora de lixo	Laulane	Pussulane	9
E19	65	F	Viúva	2ª Classe	Catadora de lixo e criadora de suínos		Hulene (Imaculada)	1
E20	52	F	Solteira	3ª Classe	Vendedora informal	Laulane	Pussulane	10
E21	35	M	Casado	10ª Classe	Montagem de alumínio	Hulene Expresso	Pussulane	7
E22	50	M	Casado	Analfabeto	Guarda de Segurança	Hulene(Tecana)	Pussulane	1
E23	33	F	Casada	9ª Classe	Catadora de lixo	Hulene	Pussulane	5
E24	58	M	Solteiro	1ª Classe	Pedreiro	Hulene	Pussulane	
E25	55	M	Divorciado	9ª Classe	Serralheiro e criador de suínos	Phazimane		6
E26	57	M	Casado	9ª Classe	Guarda de Segurança	Zintava		7
E27	74	F	Casada	Analfabeta	Doméstica	Hulene B	Pussulane	8
E28	42	F	Solteira	10ª Classe	Vendedora Informal	Hulene B		2
E29	51	M	Solteiro	9ª Classe	Guarda	Albazine		4
E30	49	M	Casado	7ª Classe	Catador de lixo	Hulene B		7
E31	39	M	Casado	9ª Classe	Vendedor Informal	Mahotas		4
E32	37	F	Casada	10ª Classe	Mecânico Auto	Hulene B		6
E33	46	M	Solteiro	7ª Classe	Vendedor Informal	Laulane		3
E34	45	F	Casada	6ª Classe	Vendedora Informal	Mateque		4
E35	48	M	Solteiro	10ª Classe	Engraxador	Hulene B		5

⁷ A mãe do nosso entrevistado perdeu a vida no acidente e este tornou-se cedo, chefe do agregado familiar.

E36	53	M	Casado	8ª Classe	Guarda	Mateque		5
E37	39	F	Divorciada	-	Vendedora Informal	Hulene A		3
EC1	44	M	Solteiro	-	Vendedor (material eléctrico)	Guava (Mateque)		7
EC2	57	F	Solteira	7ª Classe	Activista Social	Bobole		4
EC3	52	M	Casado	12ª Classe	Func.Público	Phazimane		5

Fonte: Elaborado pelo Autor

Quadro 1.3: Nível de Escolaridade

Gênero	Grau académico				
	Superior	Médio	Básico	Elementar	Sem escolaridade
Mulheres	0	2	6	6	6
Homens	0	3	5	9	3
Total	0	5	11	15	9

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base na informação apresentada no quadro 1.3, observa-se que grande parte da população entrevistada residindo em Hulene B, possui um baixo nível de escolaridade, sendo dominantes os níveis, elementar e básico com 11 e 15 respectivamente, apenas 5 entrevistados possuem o nível médio e nenhum com nível superior.

O nível de escolaridade dos nossos entrevistados pode ser uma forma de demonstração da precariedade e vulnerabilidade das condições nas quais se encontram, pois, tendenciosamente as baixas qualificações contribuem para salários baixos.

Quadro 1.4: Estado civil dos entrevistados

Gênero	Estado Civil			
	Solteiro	Casado	Viúvo	Divorciado
Mulheres	10	7	1	1
Homens	10	10	0	1
Total	20	17	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos chefes de agregado familiar entrevistados, 20 são solteiros, 17 são casados ou vivem maritalmente através de união de facto, 1 viúvo, tendo perdido o seu ente querido com o aluimento da lixeira e 2 são divorciados.

Nesta pesquisa foram considerados casados, pessoas que vivem juntos há mais de 1 anos sem ter havido separação ou abandono de um dos cônjuges, segundo a lei da família⁸.

⁸ A União de facto é a ligação singular existente entre um homem e uma mulher, com carácter estável e duradouro, que sendo legalmente aptos para contrair casamento não o tenham celebrado. 2. A União de facto pressupõe a comunhão plena de vida pelo período de tempo superior a um ano sem interrupção. <https://www.google.com/search?q=uniao+de+facto+na+legislacao+mocambicana>. Acessado em 16 de maio de

Aos entrevistados que se separaram de seus cônjuges preferiram considerar-se solteiros ou solteiras, porque todos não apresentam comprovativo de casamento oficial.

O agregado familiar apresenta uma média de 5,4 pessoas por família, sendo que as famílias menos numerosas apresentam apenas 1 membro do agregado familiar e as mais numerosas apresentam 10 membros do agregado familiar e são maioritariamente dependentes dos chefes do agregado familiar (mãe e pai ou de forma separada mãe ou pai).

A faixa etária dos entrevistados varia de 22 a 68 anos, com predominância de entrevistados acima de 41 anos de idade e abaixo dos 64, coincidentemente a população activa, enquanto a população idosa entrevistada apresenta menor número.

4.4 Relações sociais no local de origem

Bracons (2012, p.103) entende por sociabilidade, o conjunto de relações sociais estabelecidas e vividas pelos indivíduos, por meio das quais eles mantêm laços, quer de natureza pessoal, quer colectiva, com outros indivíduos. Nas redes de sociabilidade incluem-se as relações de vizinhança, de amizade e familiares.

A família e a vizinhança são os registos mais importantes de recrutamento de parceiros de socialização e amizades. O local de recrutamento das sociabilidades continua a ser o próprio bairro e neste, as relações de vizinhança, a par da família, continuam a figurar como a mais importante rede de sociabilidade dos nossos entrevistados.

No bairro Hulene B, nossos entrevistados em unísono afirmavam que a relação entre as famílias é vista como boa, pois, na sua maioria unem-se para defender os interesses comuns, alguns frequentam as mesmas igrejas, próximo ou dentro do bairro, em casos de falecimento existe uma comissão nomeada para informar aos demais e efectuar a recolha de apoio, tanto em espécie (alimentos) e dinheiro que em seguida é canalizado a família enlutada, as crianças brincam juntas, dentre outras.

Em caso de festas e outras cerimónias comemorativas, os vizinhos organizam-se sendo que as mulheres compram capulanas iguais e os homens com a mesma capulana confeccionam camisa. Para a participação nestas cerimónias, os convidados contribuem um valor para a compra de presente dos vizinhos. Como se pode depreender, entre os vizinhos existe um laço forte de solidariedade, irmandade e acima de tudo de familiaridade, considerando uns aos outros verdadeiros parentes.

Verifica-se que a maioria dos entrevistados afirma que estava satisfeito, pois não tinham razão de queixa, não tinham problemas com os vizinhos, considerando-os como a segunda família. Constata-se que a relação dos diferentes grupos familiares com os vizinhos é boa. É de registrar que nenhum agregado respondeu que tinha ou teve má relação com os vizinhos.

CAPÍTULO V: RESULTADOS DO PROCESSO DE GESTÃO DO DESASTRE

5.1. Vivências Sociais e Económicas no local de origem

Para Haesbaert (2004, p.35-37), o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não somente o tradicional poder político. Refere-se ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao seu sentido mais simbólico, de apropriação.

Desse modo, o território é um espaço para manutenção, conquista e exercício de poder, que se define e se delimita a partir das relações, envolvendo dominação e apropriação. A dominação implica a criação de territórios para fins utilitários e funcionais. A apropriação refere-se a ligações afectivas e simbólicas entre um grupo social e seu espaço.

A essa apropriação e dominação de um espaço dá-se o nome de territorialização, a qual tem por objectivo: abrigo físico, fontes de recursos materiais ou meios de produção; a identificação ou simbolização de grupos por meio de referências espaciais; a disciplinarização ou controle por meio do espaço e a construção e controle de conexões e redes. Nessa territorialização, haveria, por parte de indivíduos e/ou dos grupos sociais, a constituição da territorialidade. Além de incorporar uma dimensão estritamente política, a territorialidade se refere, também, às relações económicas e culturais, estando intimamente ligada ao modo pelo qual os grupos se utilizam da terra, como organizam o espaço e dão significado ao lugar.

A residência é um elemento fundamental na vida de cada indivíduo, mas dependente da prática de um trabalho pago. É aqui que começa a qualidade de vida e o bem-estar. Esta é

vista como o lugar próprio de um indivíduo, é o local onde a parte mais significativa da sua vida pessoal se desenrola. Na sociedade actual, este local tende a afastar-se do indivíduo, pois ele passou a viver longos períodos do dia fora de casa, a trabalhar, a recrear, entre outros.

O termo lar, também utilizado neste contexto, tem uma conotação mais afectiva e pessoal: é a casa vista como o lugar próprio de um indivíduo, onde tem a sua privacidade e se desenrola a parte mais significativa da sua vida pessoal. Apesar das pessoas passarem grande parte do dia no seu emprego ou em locais de recreação, esta assume na contemporaneidade, uma função multifuncional, pois os meios de comunicação, nomeadamente a internet, têm facultado às pessoas a possibilidade de trabalharem em casa.

O desenvolvimento do conceito, assim como o da sua diferenciação da simples noção de abrigo, ocorre paralelo à definição por parte do homem de território, lugar e paisagem: a casa, como propriedade, estabelece relações entre indivíduos e entre grupos sociais, passando eventualmente a ser identificada com a ideia de poder.

Neste sentido, a casa é entendida como a estrutura que para além de constituir-se como abrigo, afecto e também segurança, define-se como uma construção cultural de uma dada sociedade. É importante referir esta importância de sentirmos uma segurança extrema, nas palavras de Giddens (1992,p.156), é designada de segurança ontológica.

Assim sendo, o acesso a uma habitação condigna é essencial para se alcançar o nível de vida e conseqüente realização da vida humana para lá da simples sobrevivência. O dia-a-dia destes indivíduos perante uma situação de perda do seu território sofreu alterações. Os indivíduos perdem o poder de estabelecer uma relação quer seja afectiva, económica, neste caso mais evidente, ou mesmo de pertença. É através do contacto com estes espaços que o homem cria o seu próprio território, a sua própria identidade.

Perante esta situação de desterritorialização, os indivíduos perdem o acesso a estes territórios, que por sua vez, contribuem para a diminuição dos contactos sociais, do respeito por si e da auto-estima, levando mesmo a conseqüências psicológicas, como situações de frustração, depressão, ou até mesmo, situações de exclusão social e pobreza. Tal como a nossa entrevistada (E3) referiu:

"Eu vivia numa casa arrendada e era comerciante informal no expresso, quando comprei meu terreno no bairro Hulene B em 1997, este estava longe

da lixeira e nele tinha um poço onde toda a comunidade tirava água. Quando comprou era casa de caniço, começou a construir uma casa de 2 quarto, sala, cozinha, casa de banho e varanda para viver com minha filha. Porque sabia que um dia podia não conseguir mais trabalhar, construiu duas dependências tipo 1 que seriam a minha reforma. Lá com dinheiro da renda conseguia pagar dois milhões e quinhentos meticais para curso da minha filha.”⁹

Outro entrevistado (E25) expressa-se nos seguintes termos:

“(…) Tinha uma casa grande, tipo 4, com casa de banho e tijoleira, na minha casa tinha pocilgas, eu criava porcos que eram um dos meus negócios, também tinha oficina de serralharia. Lá para além das condições da casa que eram boas, conseguia fazer os meus negócios, não tinha as dificuldades que tenho agora.”¹⁰

Para estes indivíduos a casa, não só era vista como um local de abrigo e protecção, mas como um local simbólico das inter-relações sociais, de auto-afirmação e de independência financeira e realização económica. Com a falta de emprego e a incerteza sobre o futuro, as famílias definiram dentro do seu espaço, estratégias de sobrevivência e de proclamação do eu. Em relação à percepção que os entrevistados têm da sua condição, revelam sentimentos de desvalorização e angústia, além de se sentirem discriminados pelos olhares exteriores.

5.2.1 Descrição das relações sociais nos centros transitórios

Como a casa é a própria pessoa, ela manifesta “um estado da alma”, fala de uma intimidade, expressa tanto o amor quanto a dor. Khoury (2005, p.780), em Amor e dor: ensaios em Antropologia Simbólica, busca compreender a construção das emoções e sua inter-relação com a construção do social, tomando por foco de estudo pessoas que tiveram experiências traumáticas, em especial aquelas que vivenciaram processos de luto. Nesse livro, o autor procura compreender o ritual da morte e o sofrimento de quem perde um ente querido a partir da relação entre a imagem fotográfica e o trabalho de luto.

Se a casa é o local de vivência do luto, pode-se também experimentar o processo de luto pela perda da própria casa, especialmente quando esta é fruto de uma luta de anos da

⁹ Entrevista concedida no dia 17 de Janeiro de 2022 por uma residente (52 anos) do antigo quarteirão 125

¹⁰ Entrevista concedida no dia 14 de Janeiro de 2022 pelo residente (55 anos) do antigo quarteirão 124

família, isto é, um “luto pela luta”. Ao superarmos os aspectos descritivos concernentes a uma análise geométrica da casa Bachelard (1993, 360-366), e considerarmos que a constituição de sua territorialidade pela família é permeada por aspectos simbólico-culturais processualmente enredados ao longo da trajetória de sua vivência, significando sua história a partir da(s) casa(s) onde morou, cresceu, viveu, podemos “considerar que a casa, em si, pode se apresentar como uma espécie de ente querido” (Valencio et al., 2007, p. 92).

Sob esse prisma, a “área de risco” interdita após o impacto impossibilita o retorno a uma territorialização processualmente construída por parte das famílias para a vivência de um processo de perda da casa e, às vezes, de familiares e amigos. Estas, retiradas do local, perdem as referências especiais para reconstruir os sentidos das perdas havidas, têm de vivenciar as perdas no centro transitório que, como um aglomerado de exclusão, constitui-se em ausência de privacidade, insegurança sócio espacial e fragilidade dos laços entre grupos familiares conviventes.

No centro transitório, a unidade familiar passa a ser classificada pelos gestores de emergência e desastres dentro de outra lógica, que tende a homogeneizar a diversidade de papéis a ela associados, compreendendo os ali inseridos como desabrigados. Destituídos do território da casa, as famílias ali inseridas estão num outro tipo de configuração, num outro tipo de relação com os agentes do Estado, com os outros cidadãos, com os outros abrigados e consigo próprias.

No abrigo, além das condições de pobreza que estruturalmente estão presentes em sua vida, a família perdeu seu território, seu lugar na cidade, está destituída da estrutura espacial da casa para a construção social da realidade concernente ao grupo que lhe permite se reconhecer dentro e fora do âmbito familiar.

O Instituto Nacional de Redução do Risco de Desastres (INGD) como órgão de defesa civil têm estruturado centros transitórios principalmente em instalações fixas. Para tanto, tem-se utilizado ginásios, creches, centros comunitários, igrejas, mas, principalmente, escolas públicas.

A utilização desses espaços físicos compromete a dinâmica social precedente, ao se criar outra territorialidade sob um território em que havia outra funcionalidade, como a de servir à educação formal, por exemplo. Se, inicialmente, após o impacto do factor de ameaça, emergem formas de solidariedade e práticas de caridade por parte das comunidades não afectadas, materializadas pela doação de alimentos, materiais de higiene pessoal, roupas,

colchões, móveis, os quais são encaminhados aos centros transitórios no decorrer do tempo, as doações cessam, mesmo que os serviços de atendimento social local não tenham sido restabelecidos.

Ademais, a ocupação desses espaços, também com o passar do tempo, é reivindicada pelas comunidades não impactadas no intuito de refazimento das funções precedentes. Há, dessa forma, uma disputa de poder sobre uma área entre diferentes agentes, quais sejam, as famílias abrigadas, os cidadãos não impactados e os órgãos de proteção civil. Os abrigados estão, assim, sob uma desterritorialização extrema, constituindo-se como um aglomerado humano de exclusão (Haesbaert, 2004), marcados pela instabilidade, insegurança, pela ameaça de despejo, de ser descartado.

O centro transitório é representado, muitas vezes, por uma visão técnica que o denomina como um local “para aqueles obrigados a deixar suas residências” (Borges, 2000, p. 26). Nesse sentido, é um território para instauração de uma determinada “normalidade” do ponto de vista institucional que prevê seu bom funcionamento a partir da racionalidade e o hábito de seus gestores. Isto é, a concepção de normalidade provisória é, antes de mais nada, a retirada das pessoas das supostas áreas de risco, seu deslocamento para os centros transitórios temporários e sua permanência temporária.

Em outras palavras, o abrigo é um espaço que recebe pessoas oriundas de uma área de interdição, desviantes. Como recebe, na maioria das vezes, um grande contingente de famílias, o abrigo passa a adquirir, no imaginário institucional, a representação de um local de novos riscos, desde os relacionados à saúde até os de segurança pública.

No que se refere às dissemelhanças existentes entre a territorialização da casa e a territorialização precária no abrigo, Valencio et al (2008a, p.42) demonstram algumas dimensões, entre as quais se inserem: a) a que diz respeito ao direito de privacidade; b) a que se refere ao sujeito produtor das regras de convivência, ou seja, a organização espacial do abrigo impõe reordenamento das relações intra e interfamiliares; c) aquela relativa à integração de papéis na relação intrafamiliar; e d) aquela que tange ao espaço da permanência e ao espaço da provisoriedade.

A que diz respeito ao direito de privacidade refere-se ao constante estado de alerta pelas famílias diante das rotinas no abrigo, as quais tinham, outrora, a garantia de intimidade na moradia. Se a moradia implicava um ritmo próprio da vida em família e da relação do

corpo e da prática com a casa, a vivência no abrigo cria a necessidade do autocontrole diante do outro, o estranho.

O suprimento precário da necessidade de repouso, higiene pessoal, troca de roupa, conversas privadas, entre outras, ao ocorrer persistentemente em locais de uso colectivo, passa a ser objecto da curiosidade e vigilância alheia. Isto é, no abrigo, as condições de descanso são suplantadas pela necessidade de controle sobre a potencial violação do grupo familiar pelo olhar e julgamento do outro. A dimensão que se refere ao sujeito produtor das regras de convivência aplica-se ao facto de a organização espacial do abrigo impor reordenamentos das relações intra e interfamiliares.

Valencio (2005, p.126), demonstra que a convivência forçada entre famílias num abrigo pode depor contra a autoridade dos pais sobre os filhos, representando ameaças ao exercício dessa importante relação social no âmbito privado, sobretudo num momento em que os laços íntimos precisam se reestabelecer para lidar com as agruras de uma recuperação em bases mais precárias. Isto é, quem define o ordenamento do quotidiano das crianças como a hora de comer não é mais definida pelos pais (sobretudo, pela mãe), mas sim pelas regras dos gestores do abrigo.

Assim, as regras de comportamento individual e colectivo, os tempos e ritmos empregados em seus afazeres no abrigo são oriundos da normatividade burocrática que colide com o hábito associado ao mundo privado. Outro exemplo: os membros de uma dada família abrigada podem rotineiramente tomar banho quando retornam da jornada na rua (trabalho, escola, etc.); outra família prefere banhar-se antes de ir à rua. Cada qual, intolerante à diferença dos costumes, faz um juízo deletério do hábito do outro (“eles vão para a rua sem tomar banho!”; “eles voltam da rua e não tomam banho! eles bebem muito”), e em meio ao julgamento, velado ou explícito, interpõe-se um terceiro, o gestor de abrigo, comunicando: “a hora de tomar banho aqui é das 10 às 17h”, regra a que todos, gostando ou não, devem se sujeitar.

Outro aspecto se refere à relativa integração de papéis na relação interfamiliar: enquanto a família congrega seus membros em papéis complementares, como esposa/marido, pais/filhos, e entre irmãos, no abrigo, as práticas de partilha forçada do local de convivência incitam o tensionamento constante entre os membros de diferentes famílias que desempenham papéis similares. Quando o gestor coloca as mulheres donas de casa à frente de tarefas como cozinhar, cada qual vê aí uma oportunidade de reapropriar-se dos meios

materiais para exercê-la conforme seus próprios hábitos. Na escolha do cardápio, na forma de preparo dos alimentos, na higienização prévia dos mesmos, no tipo e intensidade dos temperos utilizados, tudo é feito para sugerir um toque pessoal, ampliando o potencial de divergências entre as que deveriam se colocar em colaboração.

Na limpeza e arrumação em sanitários e áreas comuns, idem, instaurando-se um ambiente de comparação, competição e, por fim, abandono das actividades cooperadas. À noite, homens disputam com as mulheres os canais de TV a que podem assistir em cómodo colectivo (futebol ou novela). Ciosos cada qual do bem-estar de sua família, enxergam no outro uma ameaça – como o risco de seduzir companheiras ou filhas –, e um olhar mais indiscreto perante a exaustiva exposição de intimidade torna-se motivo para partir-se para agressões físicas, culminando, não raro, em violência maior quando o gestor do abrigo demanda auxílio das forças policiais (Valencio et al., 2007, p.42).

E, por fim, como outra dimensão, tem-se aquela que tange ao espaço da permanência e ao espaço da provisoriedade, que torna a casa o ambiente do ficar, do descansar, do restaurar-se, do enlevo, do devaneio, enquanto o abrigo é o ambiente a que se aspira, desde logo, despedir-se, descartar, abandonar, posto que ali se sobrepõem tensões, angústias, medos, ansiedades, privações, insónias, uma experiência concreta e simbólica que os abrigados não gostam de rememorar (Valencio et al., 2008a, 205).

5.3 A organização e administração dos centros transitórios temporários

Os centros transitórios da cidade de Maputo são locais de abrigo já definidos em todos os bairros e contemplam igrejas, armazéns, secretaria do bairro entre outros e são geridos pelo Departamento das Mudanças Climáticas do CMCM em coordenação com o INGD. Estes locais foram definidos a quando do desenho do Plano de Contingências do Conselho Municipal.

Com o advento do desastre, o Centro Operativo de Emergência (COE) segundo o Conselho Municipal, tomou a decisão de retirar as famílias devido a existência de risco de morte. Os centros transitórios de Albazine e Ferroviário foram abertos para acolher às famílias vítimas da tragédia e de casas demolidas dentro do perímetro de segurança da lixeira de Hulene. Estes centros acolheram um total de 499 pessoas desde as afectadas directamente pelo aluimento da lixeira no quarteirão 124 e as que residiam ao longo do perímetro considerado de alto risco pelos órgãos do poder público.

Quadro 1.5: Número de famílias em centros transitórios

Nome	Famílias	Pessoas	Masculino	Feminino	Crianças
Ferrovário	155	225	65	107	53
Albazine	77	194	45	70	79
TOTAL	232	499	110	177	132

Fonte:CMCM, 2018

Nossos colaboradores do CMCM descrevem as condições nas quais viviam as vítimas no centro transitório:" Nestes centros as famílias recebiam pão, manteiga, marmelada, açúcar, folha de chá, papinha, a ementa era semanal e incluía caril de amendoim e lanches." ¹¹

Na óptica destes, as condições eram muito boas e não viam razões de queixa. Sobre a vida nos centros transitórios tanto do Ferrovário e bem como do Albazine, colhemos depoimentos de alguns chefes dos agregados familiares sobre o seu sentimento em relação as condições disponibilizadas pelo poder público.

Alguns dos nossos colaboradores apresentam relatos sobre a vida naquele lugar: A entrevista (E1), descreve:" Para o número de pessoas que viviam no centro, as condições eram razoáveis, eu era chefe do dormitório, onde todas as mulheres do meu quarteirão dormiam, lá tínhamos colchões, mantas, as limpezas eram feitas por todos nós de forma organizada e as refeições eram confeccionadas por todas nós sendo a escala por quarteirão. O INGC nos tratou bem. Mas é claro que viver separado homens e mulheres e a forma como eram cozinhados os alimentos não confortavam." ¹²

Nosso colaborador (E4), com muita tristeza dizia que: " Com tua esposa ali você era solteiro, estava separado e para actividades corriqueiras de um casal, aqueles que tinham condições alugavam um quarto (rindo, pareciam amantes). Porque as condições não eram boas, nós mandávamos guardar as crianças noutros lugares como casa de familiares." ¹³

O depoimento apresentado por nosso entrevistado (E4) fere o Princípio 17 do número 3) do qual Moçambique é signatário sobre deslocados internos que refere que as famílias que estão separadas devido a deslocação devem ser reunificadas o mais rapidamente possível. Todas as medidas apropriadas devem ser tomadas para se acelerar a reunião de tais famílias, particularmente quando estão envolvidas crianças.

¹¹ Entrevista concedida pelos técnicos do CMCM

¹²Entrevista concedida no dia 10 de Janeiro de 2022 pelo residente (47 anos) do antigo quarteirão 124

¹³ Entrevista concedida no dia 16 de Janeiro de 2022 pelo residente (54 anos) do antigo quarteirão 124

Figura 1.2: Montagem de Tendas no centro transitório de Albazine



Fonte: CMCM, 2018

Encontram-se relatos de colaboradores que diziam que por serem muitos e a forma de dormir empoleirados, algumas famílias apesar de poucos recursos foram obrigadas a procurar casa para arrendar. Uma das entrevistadas (E13) dizia que: " Esta para além da falta de água e energia, era assombrada porque os donos faleceram. Vizinhos perguntavam como conseguíamos dormir naquela casa? Nós respondia que é graças a Deus, mas felizmente depois saímos e aí passamos a ter sono de criança." ¹⁴

Nosso colaborador (E21), relatava que:

" Os primeiros dias no centro transitório foram bons porque tinham atenção de todos e principalmente dos médicos, mas com o tempo passaram a ter problemas de alimentação (já não comiam frango, apenas feijão e tinham que contribuir para a compra de tomate, cebola, caldo e outros), porque cozinhavam por escala, isto é, por quarteirão, na hora de servir observava-se algumas afinidades e diz que era normal que comida acabou e dormir com fome. Por causa das condições de saneamento que não eram boas, começaram

¹⁴ Entrevista concedida no dia 10 de Janeiro de 2022 por uma residente (46 anos) do antigo quarteirão 124

a surgir doenças como tuberculose, malária, cólera entre outras. Nós dormíamos como porcos, aglomerados e virados para os lados.”¹⁵

Os depoimentos de nossos entrevistados relatam boas intenções do poder público, que inicialmente tentou seguir os princípios internacionais dos deslocados internos segundo os quais no princípio 18, referem que todos os deslocados internos têm o direito a um padrão adequado de vida. 2. No mínimo, independentemente das circunstâncias, e sem discriminação, as autoridades competentes deverão fornecer aos deslocados internos e assegurar o acesso seguro aos seguintes meios de vida: alimentação básica e água potável; abrigo básico e habitação; vestuário adequado; Serviços médicos essenciais e saneamento. 3. Deverão ser empreendidos esforços especiais para garantir a total participação das mulheres no planeamento e distribuição dessas provisões básicas.

Contudo, com o desenrolar do processo, como demonstram nossos entrevistados, as condições começaram a deteriorar-se, obrigando aos afectados a procurarem alternativas para a sua sobrevivência. Importa referir que muitas famílias perderam parte dos seus bens, algumas viviam do trabalho de catador de lixo na lixeira, mas este trabalho foi proibido pelo poder público.

Nosso entrevistado (E2), relata que:

“ Foi difícil 15 pessoas viverem na mesma casa (entenda-se tenda), as casas de banho eram limitadas e para usar tinha que formar fila, as condições de higiene não eram boas, na hora de refeição havia agitação e eu não gostava de barulho, aquilo me incomodava. A qualidade da comida não era boa porque cada família tem a sua forma de cozinhar, tinha que ter cozinheiro de INGC e reclamava da falta de contacto no seio familiar.”¹⁶

Nosso entrevistado (E22), relata a vida no centro transitório nos seguintes termos:

“ Só nós estava a viver porque não tem casa, para comer era bicha, mesmo para as crianças, na hora de dormir era desenrascar porque quando demorar

15 Entrevista concedida pelo antigo residente do quarteirão 124, no dia 10 de Janeiro de 2022

16 Entrevista concedida no dia 14 de Janeiro de 2022 pelo residente (48 anos) do antigo quarteirão 124

vai dormir na porta. Homem dormia no quarto dele e mulheres também no quarto dela, dormíamos como mano e mana (a rir)."¹⁷

Recuperando as considerações de Sarti (2007), sobre a relação da família com a casa, o autor adverte que, sem a casa, ou seja, sem o acesso circunstancial ao território de intimidade e segurança, a família perde sua referência fundamental no mundo social do qual é parte constituinte. Sem seu próprio tecto, desfazem-se muitas das referências simbólicas que dão nexos às práticas rotineiras dos membros da família. Porém, o abrigo, como tecto público, é ainda mais ameaçador à família, pois ali são constantemente subvertidas as regras que a dinamizam. Os actores externos agem corrompendo a trama de obrigações morais entre os membros da família, e destes com os demais abrigados. Os gestos, palavras e afectos são contidos, vigiados e controlados a fim de impedir que se externem os vínculos, levando-os aos esgarçamentos.

A classificação de abrigados respalda que os coordenadores se sintam no direito de colectivizar rotinas, padronizar condutas, controlar os espaços e as próprias necessidades dos corpos dos abrigados, destruindo paulatinamente a ideia de casa, de família e de dignidade da pessoa humana, salienta o autor. (Idem)

A ideia de campo de desabrigados é, então, lançada pelo autor, no propósito de fornecer ao leitor um parâmetro de desumanização desde onde o mesmo possa compreender o que é viver por dias, semanas ou meses a fio sem privacidade, sem condições de exercitar as próprias regras que embasam a dinâmica familiar, numa convivência forçada com outras famílias, com terceiros e estranhos que se revestem de autoridade para lhe dizer a hora de comer, o tipo de alimentação disponível, a hora de tomar banho, a hora de recolher-se e de apagar a luz, a imposição do olhar inconveniente e julgador de estranhos o tempo todo sobre si. (Idem)

Quando há fronteiras visuais mínimas entre as famílias (tais como lençóis, lonas e afins), os ruídos, odores e outros elementos informam a todos os abrigados a constante falta de privacidade. Ademais, há a perda do direito de ficar ocioso em seu próprio canto, consigo mesmo, tendo de se submeter a escalas de trabalho de limpeza e higienização do espaço de uso comum para continuar a ser aceito socialmente. (Idem)

Compartilhar o espaço de dormir com estranhos e seus olhares indiscretos e sujeitar-se à proximidade corporal involuntária e desconfortável é parte da rotina desse campo, como

¹⁷ Entrevista concedida no dia 15 de Janeiro de 2022 pelo residente (50 anos) do antigo quarteirão 124

o é, também, buscar conciliar o parco sistema de objectos da família (colchão, roupas e algum itens recuperados da casa destruída) com o sistema de objecto correspondente às suas funções anteriores do território (dos móveis e material escolar, por exemplo, nas salas de aula transmutadas em cômodos de dormir).

As limitações para lidar com os cuidados de higienização das roupas da família, incluindo os pudores relacionados à exposição da roupa íntima, explicitam um corpo à mostra, que perde, aqui e acolá, os resquícios de sua dignidade humana. Todas as famílias inseridas no abrigo devem se comportar como se estivessem ‘no mesmo barco’ e, dentre os comportamentos socialmente esperados, precisam demonstrar gratidão infinda aos voluntários e sua obediência aos coordenadores. Redundante dizer que essa relação autoritária impede discordância, pois discordar significa desacatar, e as novas rotinas, inspiradas no higienismo social, visam combater os hábitos dos abrigados que são julgados como inconvenientes ou impróprios.

Por fim, a preocupação da família com os pertences que não puderam ser resgatados e que lhe farão falta para refazer a vida alia-se à ausência de informação sobre as providências públicas, sobre as novas moradias onde possam residir ou sobre a desinterdição de seus terrenos ou sobre os meios compensatórios para refazerem suas casas danificadas ou destruídas.

5.4 O processo de participação pública na gestão do desastre

O aluimento da lixeira de Hulene levou a perda de 17 vidas humanas e a deslocação de 232 famílias para os centros transitórios do Albazine e Ferroviário. A gestão do desastre iniciou com a transferência e realocação das pessoas afectadas principalmente do quarteirão 124 e restantes quarteirões, seguida pelo mapeamento pelo MITADER da área de risco, tendo sido definido um perímetro de 25 metros nas direcções norte, sul e oeste cujas casas e outras infra-estruturas mereceram demolição perpetrada pelo Governo.

Figuras 1.3: Demolição de infraestruturas no Hulene B



Fonte: MITADER, 2018

Do levantamento das 262 famílias afectadas directamente e das residentes em área de alto risco, 232 foram transferidas para os centros de acolhimento e posteriormente feita a demolição das casas (MITADER, 2018).

Figura 1.4: Perímetro em risco cujas casas foram destruídas



Fonte: MITADER, 2018

As imagens ilustram a definição de mapa de risco elaborado pelo MITADER (2018) e as imagens sobre a demolição das casas consideradas como estando na zona de risco. Do levantamento feito e das entrevistas aos chefes de agregado, estes afirmaram não ter havido aviso e muito menos negociação para a demolição das casas. Algumas famílias foram coercivamente obrigadas a cumprir a ordem de retirar seus pertences em menos de 3 dias para

posterior demolição das casas. Parte dos nossos entrevistados, sentem-se injustiçados, alegando que as casas se encontravam em área segura, não havendo razão para a demolição.

Outros entrevistados afirmaram que o local onde viviam era inóspito, não oferecia boas condições de habitabilidade e bem-estar, pois para além de cheiro nauseabundo, moscas, fumo, lençol freático alto, mosquitos entre outros, a malária e outras doenças relacionadas com o saneamento do meio predominavam. Contudo, criticam os mecanismos usados pelo Governo para desapropriar suas casas e sua terra conforme alguns depoimentos abaixo. A entrevista (E16), dizia que: " A decisão do Governo de nos retirar daqui foi boa, só falharam porque foi repentina, não nos deram tempo e quando reclamávamos havia polícia com cães para nos assustar, nos tiraram e fomos maltratados, fomos jogados como bola de futebol." ¹⁸

Figuras 1.5 e 1.6: Condições de saneamento do meio em Hulene B



Fonte: MITADER, 2018

Por outro lado, o entrevistado (E6), apresenta o seu sentimento relatando que:

" (...) a decisão do Governo foi boa, nos primeiros dias doeu quando ouvimos que tínhamos de sair, mas mais tarde percebi que foi boa ideia, já há tempo que clamávamos pela retirada. Aqui, já tínhamos condições básicas, o único problema era da lixeira. Demoliram nossas casas sem negociação, bateram sem consentimento, mas com o tempo nos explicaram os motivos da destruição das casas." ¹⁹

A entrevistada (E23), relatando a sua retirada, desabafa com semblante de tristeza e angústia nos seguintes termos: "O Governo esperou acidente para nos retirar (com lágrimas), fomos

¹⁸ Entrevista concedida no dia 18 de Janeiro de 2022 (52 anos) do antigo quarteirão 125

¹⁹ Entrevista concedida no dia 13 de Janeiro de 2022 pelo residente (52 anos) do antigo quarteirão 124

retirados a correria, esperaram nossos vizinhos morrerem para nos tirar. A decisão foi boa, as condições não eram boas.”²⁰

Nossos entrevistados reconhecem o mérito da retirada do lugar considerado de risco, baseado nos argumentos do poder público sobre a pertinência do acto. Aqui estamos sob o poder simbólico onde a classe dominada adere à lógica discursiva da classe dominante que impulsiona a integração moral e que, conseqüentemente, possibilita a construção e reprodução do consenso acerca da ordem social instituída. Utilizando-se de tais subterfúgios, o poder simbólico viabiliza e legitima o exercício de outras formas de poder, por meio do obscurecimento da realidade (Bourdieu, 2000).

Portanto, o poder público se vê na obrigação de demolir as casas sem o consentimento dos proprietários sob a lógica de zona de risco. As comunidades sempre viveram ali, e as que viram suas casas demolidas estavam relativamente distantes e acredita-se que com o diálogo e não imposição e coerção provavelmente os impactos sobre estas famílias seriam reduzidos.

Nosso entrevistado (E7), relata com alguma tristeza, a forma como foi desencadeado o processo da retirada das famílias nos seguintes termos: “A acção de retirada devia ter sido didáctica, foram agressivos, pessoas perderam bens porque o Governo não teve paciência de acompanhar, algumas casas foram destruídas com coisas dentro que deviam ter sido aproveitadas e não houve compensação.”²¹

O entrevistado (E25), apresenta o seu sentimento sobre o envolvimento das famílias na gestão conjunta do desastre com o Governo:

“ Eu não estou satisfeito desde o princípio. Existe o grupo que sofreu e aqueles que não sofreram com o aluimento, mas demoliram nossas casas, alguns dos nossos vizinhos não abrangidos pelo perímetro ainda estão lá. Mandaram embora sem ver a condição da casa, no novo bairro querem nos dar casas tipo 3 sem olhar para as dimensões das casas que destruíram. Os que tinham casas pequenas, estão satisfeitos, mas eu não estou porque a casa que me vão dar não compensa. Eu tinha minha oficina e criava porcos, mas lá (Pussulane) os terrenos são 15/30, nós que tínhamos terrenos grandes fomos prejudicados. Tinham que perceber pessoa por pessoa, porque há pessoas que não tem para onde ir e pessoas com terreno, deviam ter dado dinheiro. Pedimos ao

20 Entrevista concedida no dia 12 de Janeiro de 2022 por uma residente (33 anos) do antigo quarteirão 124

21 Entrevista concedida no dia 12 de Janeiro de 2022 pelo residente (48 anos) do antigo quarteirão 124

município para nos dar em dinheiro para construirmos nos locais onde já tínhamos terreno, mas ignoram-nos e querem nos obrigar a fazer aquilo que eles querem.”²²

Estes últimos relatos são elucidativos da imposição do poder simbólico pelo Estado, a consulta e participação pública não foi bem conseguida, os nossos entrevistados apenas ouviam dizer que as suas casas seriam destruídas. Estes viveram momentos de pesadelo e terror durante este tempo, razão pela qual afirmam que doeu nos primeiros dias. As particularidades de cada família em termos de infra-estruturas e bens não se considerou, os negócios e outras actividades de subsistência das famílias, foram totalmente ignoradas, o que suscita revolta e inconformismo dos nossos entrevistados. Estes, reclamam ainda, a falta de acompanhamento por parte do Governo, afirmando que foram deixados à sua sorte.

Sobre o mesmo assunto, quisemos ouvir o ponto de vista do Governo responsável pelo bem-estar dos cidadãos. Para este assunto, o Director da DINOTER apresenta o seu ponto de vista nos seguintes termos:

“ (...) a decisão de demolir e retirar as famílias foi do Governo, justificava-se porque foi numa situação de emergência, não foi usado o Decreto 31/12 de 8 de agosto que regula o reassentamento resultante de actividades económicas. Não houve como negociar porque houve perda de vidas humanas, mas em termos de aspectos sociais no acto do levantamento olhou-se para questões de vizinhança para facilitar o reassentamento nos locais apropriados, sobre a destruição de palhotas estas foram levantadas para reconstrução nos novos locais enquanto creches e mesquitas deviam ser indemnizadas.”²³

Ainda no mesmo diapasão, técnicos do extinto MITADER apresentaram seus pontos de vista sobre o processo, tendo afirmado que:

“ (...) o Governo tomou uma decisão unilateral de retirar e demolir as casas, não tendo havido um levantamento socioeconómico porque o mais importante era garantir a segurança das famílias, pois tratou-se de situação de emergência.

22 Entrevista concedida no dia 13 de Janeiro de 2022 pelo residente (55 anos) do antigo quarteirão 77

23 Entrevista concedida no dia 07 de março de 2022 pelo antigo Director Nacional de Ordenamento Territorial e Reassentamento

No processo de definição da zona de risco, deu-se primazia ao raio de incidência (25 metros) em volta do invólucro (lixo) e não às infraestruturas." ²⁴

Nossos entrevistados argumentam que a medida teve sua razão de ser e surtiu efeitos desejados, apesar de reconhecerem que esta acção possa ter contribuído para más condições socioeconómicas das famílias e que talvez a gestão do próprio processo pudesse ter sido direccionado de outra maneira.

No entender de nossos entrevistados, as cidades devem possuir centros transitórios preparados para albergar famílias em caso de ocorrência de desastres. Esta acção, permitiria um levantamento detalhado, avaliação pensada e controlada sobre as condições de vida de cada família e ao em vez de atribuição do subsídio, maior preocupação do Estado passaria a ser a alimentação. Consideram que a medida tomada pelo Governo foi corajosa, pois não é habitual a atribuição de subsídios e construção de casas em situações similares e questionam, caso a situação acontecesse em simultâneo em outros locais, como o Ministério haveria de gerir o assunto.

Sobre a gestão de todo o processo, nossos entrevistados dão nota positiva, afirmando que para as condições actuais do país, caracterizadas por exiguidade de fundos, mais não seria, contudo, reconhecem que o processo de gestão podia ser melhor, dado que o país já devia ter modelos ou instrumentos de orientação sobre como agir em situações análogas e o tipo de infraestruturas e equipamentos sociais a disponibilizar. Devia ter o regulamento de reassentamento resultante de desastres.

O Conselho Municipal corrobora desta posição do Governo, considerando a prerrogativa de colocar as famílias nos centros transitórios sob o paradigma de integridade e segurança física dos afectados, como dizia nosso entrevistado²⁵: " Quando se trata de salvar vidas, não há negociação, na verdade COE reuniu e teve a decisão, não houve consulta, tinha 17 corpos e a chuva não parava, aquilo foi remover os corpos." ²⁶

Este descreve o processo de levantamento afirmando que `` a medida que eram demolidas as casas, fazia-se em simultâneo o registo da casa olhando-se para as condições da mesma e as dimensões e compartimentos, para posterior compensação aos abrangidos, os

24 Entrevista concedida no dia 10 de março de 2022 pelo técnico da DINOTER

25 Entrevista concedida no dia 20 de Abril pelo Técnico do CMCM (Chefe de Repartição da Acção Social)

26 Entrevista concedida no dia 20 de Abril pela técnica do CMCM (Chefe do Departamento de Mudanças Climáticas)

bens das famílias foram guardados nos armazéns e com garantia de segurança pela polícia da República, considera que o processo foi 5 estrelas”.

Portanto, o ente público fazendo parte da classe dominante, usou o poder simbólico através da cooperação e conivência daqueles sujeitos que lhe são subordinados, uma vez que eles o constroem como um poder real, aderindo a lógica discursiva que impulsiona a integração moral e que, conseqüentemente, possibilita a construção e reprodução do consenso acerca da ordem social instituída (Bourdieu, 2007).

Aqui, observa-se que a relação de poder se estrutura num processo de dominação, no qual o dominador se utiliza de coacções ou agressões, para com o dominado. Muitas vezes, nestes casos o dominador se detém a criar suas próprias regras, muitas vezes contrárias às normas legais.

Os exemplos dos representantes do Governo são elucidativos quando estes afirmam que a decisão de destruir as casas foi tomada pelo COE, considerado o único órgão dotado de conhecimento e autonomia para o efeito, não tendo havido em momento algum o envolvimento das famílias na discussão dos mecanismos de sua própria protecção. Este comportamento do Governo aproxima-se a violência simbólica de Bourdieu quando explica que a violência simbólica procura fazer com que uma classe favorecida imponha sua cultura às classes que são menos favorecidas, levando a coerção por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante.

O nosso entrevistado²⁷, afirmou que:

“ (...) a decisão para a demolição das casas foi do próprio Governo e pela urgência e porque se tratava de emergência não houve tempo para o levantamento social e económico e muito menos os tipos de infraestruturas e a respectiva qualidade. Apenas constituía como foco, conhecer o agregado familiar, a situação da casa quanto a ocupação. Portanto, não houve critério, a decisão era de retirar tudo ao redor do perímetro definido como área de risco. O nosso entrevistado, explica que este processo pode ser entendido em duas vertentes, sendo que na primeira, relacionada com as famílias afectadas directamente (residentes do quarteirão 124) e as restantes famílias dos quarteirões, 77, 78, 116, 125 e 126 que não tendo sido afectadas directamente

27 Entrevista concedida no dia 18 de Janeiro de 2022 por uma residente (52 anos) do antigo quarteirão 125

pelo aluimento da lixeira, encontravam-se na zona considerada pelo Governo como de risco. " 28

No entender do entrevistado, estas famílias deviam ter sido dadas um tratamento diferenciado porque as suas casas e vida ainda estavam intactos, podia-se ter negociado a forma de retirada e mecanismos de apoio ou compensação a exemplo dos reassentamentos económicos, mas infelizmente, foram tratados de igual com as famílias do quarteirão 124.

Por não se ter observado os aspectos sociais específicos de cada família, muitas delas sentiram-se injustiçadas, por falta de negociação com as autoridades, contribuindo para que algumas perdessem seus bens.

Nosso entrevistado, reitera que se tratando de desastre é sempre difícil gerir estes processos, mas no mínimo devia-se ter ouvido as famílias sobre a retirada, tendo em conta que cada família tem sua própria opinião e o nível de vida das famílias não é padronizado. Afirma que se tivesse havido a participação das famílias na gestão deste desastre, as manifestações, descontentamento, conflitos, desconfiança e a má percepção que as comunidades têm do processo teriam sido minimizados.

5.5.1 Assistência Psicossocial das Famílias

Em relação a assistência psicossocial, nossos entrevistados afirmam que esta não existiu e lamentam pelas famílias que perderam seus ente-queridos, que não tiveram tratamento especial e isto, na óptica dos entrevistados teve um impacto negativo na vida das famílias. Um dos entrevistados, relata o episódio de uma mãe ter perdido seus dois filhos com o aluimento da lixeira e por não ter tido apoio, "desinteressou-se da vida, agora vive nas barracas, mete-se com qualquer homem, já não se preocupa com seu visual, quer dizer, a vida perdeu sentido e já não tem nada a perder."

Outro episódio relaciona-se com 2 jovens que viviam com a mãe que perdeu a vida vítima do aluimento da lixeira, por falta de apoio psicossocial, estes tornaram-se alcoólatras, isolaram-se da comunidade e são parcos em palavras. Nota-se no seu interior um grito de socorro, mas sem ninguém para lhes acudir.

São inúmeros os episódios relatados pelos nossos colaboradores em relação ao processo de assistência social pós desastre e sua participação na gestão do mesmo. Para além da falta de comunicação entre o poder público e a comunidade, nota-se que em algum

28 Entrevista concedida no dia 17 de março de 2022 pelo técnico da extinta DINOTER

momento, os procedimentos técnicos de assistência social falharam, tendo o poder público olhado apenas para a assistência material com ênfase para locais de abrigo, comida e roupa, se esquecendo que parte das famílias tinha recentemente perdido seus entes queridos.

Relatos dos nossos colaboradores indicam-nos que nos centros transitórios foram criados postos de saúde e estes estavam virados para o tratamento de enfermidades que se manifestavam fisicamente como malária, dores de cabeça, diarreia ou mesmo lesões corporais. Portanto, a saúde dos desabrigados foi vista apenas fisicamente, contrariando a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS)²⁹ que define a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeições e enfermidades”. Direito social, inerente à condição de cidadania, que deve ser assegurado sem distinção de raça, de religião, ideologia política ou condição socioeconômica, a saúde é assim apresentada como um valor coletivo, um bem de todos. Por outras palavras, a saúde pode ser definida como o nível de eficácia funcional e metabólica de um organismo a nível micro (celular) e macro (social). O entrevistado (E21), com muita tristeza relata: “ Não se prestou atenção nas pessoas que perderam seus entes, esperávamos mais, como o acompanhamento psicológico das famílias. Simplesmente houve enterro dos entes queridos e nenhum apoio adicional. Há pessoas que perderam 3 ou 4 membros e não tiveram nenhum acompanhamento psicossocial.”³⁰

Adicionalmente, as famílias afirmam ter tido a promessa do Conselho Municipal que trataria das matrículas das crianças e visitaria os locais onde estão as famílias, para aferir as condições de vida dos munícipes. Contudo, as famílias afirmam nunca ter recebido o acompanhamento do Governo, nem sequer uma chamada a querer saber como estavam. Sobre este aspecto, apresentamos alguns depoimentos:

Nosso colaborador (E6), apresenta sua opinião nos seguintes moldes:

“ Desde que saímos do centro transitório, o Governo nunca procurou saber como estamos, nem onde fomos alugar, desde que nos deixou nunca se aproximou, Comiche nunca algum dia sentou connosco, muitos não conhecem, talvez depois de concluir as casas será chamado para inaugurar. Nos desprezam, dizem que estas pessoas são da “bocaria” não são nada. A

29 Em uma publicação de 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) reforça esse conceito, apontando quatro condições mínimas para que um Estado assegure o direito à saúde ao seu povo: disponibilidade financeira, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade do serviço de saúde pública do país.

30 Entrevista concedida no dia 10 de Janeiro de 2022 pelo residente (35 anos) do antigo quarteirão 124

gente vivíamos bem sem problema, não tínhamos falta de nada. Paciência, Deus é que sabe.”³¹

A preocupação e colocação dos nossos entrevistados, tem o suporte de Valêncio (2008, p.34) quando diz que “a estratégia de dispersão de grupos vulneráveis faz parte de um arcabouço de violência material e simbólica ainda presente nas práticas correntes das várias fracções do Estado que actuam nas emergências, incluindo as instituições de defesa civil e assistência social – ainda que em contradição com aspectos de seu discurso institucional – e a criminalização dos afectados passa a ser seu complemento indispensável. Na dispersão, as fracções do Estado se desresponsabilizam pela protecção aos direitos da pessoa dos afectados.

Esta colocação de Valêncio encontra enquadramento quando uma das nossas entrevistadas³² em representação do poder público afirma que no processo de atribuição do subsídio constituía uma das exigências o arrendamento de casas longe da lixeira e por conseguinte, não ter havido o acompanhamento da vida das famílias justamente pela sua dispersão. Portanto, apesar das condições disponibilizadas, a precariedade e vulnerabilidade das famílias prevaleceu, pois aquele que devia velar e garantir a melhor protecção e segurança das famílias, imiscuiu-se deste papel, tendo apenas como preocupação a disponibilização do subsídio.

5.6 Discussão dos Resultados

Segundo Haesbaert (1995, p. 170), os aglomerados se situam num nível mais agudo do processo de exclusão, em que os “indivíduos perdem seus laços com o território e passam a viver numa mobilidade e insegurança atroz, como em muitos acampamentos de refugiados e grupos de sem-tecto”. Os refugiados seriam “novos nómades”, aos quais “só resta como alento a uma mínima organização, em meio à total insegurança e fragilidade, a luta pela sobrevivência física quotidiana” (Haesbaert, 1995, p. 190).

Bauman (2005), debruça-se sobre “populações supérfluas” onde se inclui os refugiados ambientais e os desabrigados que tendem a aumentar em decorrência da vulnerabilidade social que se desdobra numa produção frágil do espaço e, conseqüentemente, mais sujeita à vivência negativa de perigos naturais, como os relativos às chuvas e outros.

31 Entrevista concedida no dia 13 de Janeiro de 2022 pelo residente (52 anos) do antigo quarteirão 124

32 Entrevista concedida pela Chefe do Departamento das Mudanças Climáticas do CMCM

Embora muitos processos de desterritorialização sejam impostos por uma lógica de maximização do capital, há outras lógicas que têm desencadeado tais processos e cuja manifestação ganha concretude nos desastres. Nesse sentido, se tomarmos o contexto de desastres, no bojo do qual se constitui o grupo de desabrigados estão combinadas faces económicas, políticas e culturais.

As famílias desabrigadas, diante do processo de perda do território da casa, são obrigadas pelo ente público a tentar se reterritorializar em outros espaços, que perderam suas funções originais para se tornarem circunstancialmente centros transitórios. As escolas, ginásios, centros de exposições, são adaptados como centros transitórios, sempre tidos pelo discurso do ente público como um lugar provisório.

A provisoriedade é a narrativa que exprime a flexibilidade que o desabrigado deve ter para seu proveito. Mas, ao estudar como essa lógica se opera no meio urbano, Valencio (2008, p.35) aponta para a existência de um novo mecanismo de contestação levado a cabo pelas instituições públicas em relação ao direito do pobre de morar nas cidades. Tal mecanismo é tornar a provisoriedade do atendimento no abrigo tão indigno que a família seja compelida a abandonar definitivamente a cidade. Isto é, trata-se de uma estratégia de cunho higienista.

Considerando que o acesso à cidade é mediado pelo acesso à moradia, e este último pelo acesso à terra Cardoso (2006). As famílias desabrigadas, ao perderem a moradia e serem encaminhadas para centros transitórios temporários gerenciados pelo Estado, tentam reproduzir um território mínimo de cidadania.

Para os órgãos de defesa civil, o abrigo é uma fase de resposta e reabilitação do que o Estado concebe como cenário do desastre, isto é, a vivência no abrigo não é compreendida como um prolongamento do desastre Siena (2009), mas sua superação, sobre o qual as instituições devem agir para minimizar os efeitos que se apresentam às famílias que perderam suas casas. Porém, a necessidade de uma família ir a um abrigo demonstra um processo de desterritorialização extrema, isto é, uma prática na qual um local de uso público confina várias famílias. Compreender o sofrimento social implícito nesse processo de desterritorialização extrema implica considerar no que consiste para as famílias a perda do território da casa, como elemento de construção da sua realidade.

5.6.1 Atribuição do Subsídio de Mobilidade

Com a retirada das famílias de Hulene B para os centros transitórios, pelas condições as quais estavam as famílias sujeitas, como o uso da mesma casa de banho por um número elevado de pessoas, mesma tenda para um quarteirão inteiro (acima de 50 pessoas), alimentação confeccionada por estranhos, separação de casais na hora de dormir, as próprias condições de higiene e saneamento do meio que começavam a deteriorar-se levando ao surgimento de doenças como tuberculose, diarreia, malária e outras, o Governo adoptou uma estratégia para melhorar as condições de vida das famílias.

Neste contexto, através do Decreto 13/2018 de 27 de Março criou e aprovou o subsídio social básico avaliado em 32 280,000 (trinta e dois milhões, duzentos e oitenta mil) em apoio às vítimas do deslizamento da lixeira de Hulene. O artigo 3 do mesmo Decreto realça que o desembolso seria por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado caso houvesse necessidade.

Com a criação deste subsídio, estavam claras e inequívocas as pretensões do Governo de Moçambique, minorar o sofrimento das famílias que viviam nos centros transitórios e prover melhores condições e dignidade. Contudo, desde o início do processo, algumas questões não foram devidamente tratadas pelas partes. Começando pela negociação do valor, as famílias afirmam terem tido um encontro com o Governo, tendo este procurado saber o preço médio de uma casa na periferia da cidade. Porque as comunidades não tinham conhecimento (a maioria vivia em casa própria), alguns começaram a definir um intervalo de 3000,00 a 6000,00 MT a casa mais luxuosa.

É neste contexto que o Governo, através do MITADER e CMCM informaram que a sua contraproposta era de 10 000,00 MT por família, tendo estas concordado com o valor. Foi acordado que o Governo faria o desembolso trimestral de 30 000,00 MT para arrendamento da casa e despesas escolares das crianças. Sobre a introdução do subsídio de mobilidade, prática incomum por parte do Governo, entrevistamos o Director Nacional que se referiu nos seguintes termos:

" (...) a compensação monetária foi justa apesar de considerar que deviam ter sido acautelados aspectos de capacitação e gestão destes valores para evitar viciar os beneficiários, ``alguns ganham gosto pelo valor bonificado e não querem livrar-se do valor, mas as famílias que passaram para lá (casas

arrendadas) estavam estáveis, o valor foi necessário, não se podia deixar as famílias no relento e tinham que ser garantidas fontes de renda. " ³³

Portanto, o Director reconhece que a compensação monetária foi justa, contudo, esta devia ter sido acompanhada por medidas de capacitação na gestão dos fundos para evitar a viciação e comodismo dos beneficiários. Apesar das boas intenções do Governo, o processo teve pontos positivos e negativos que pelo relato, contribuíram para a vulnerabilidade e instabilidade social e económica de algumas famílias, conforme o depoimento dos nossos colaboradores.

A nossa entrevistada (E23)³⁴, afirma que: " Algumas pessoas brigavam, mesmo na minha família meu marido sempre que bebia exigia dinheiro, havia briga em casa, mas porque sou firme acabei garantindo o meu lar." ³⁵

Outro entrevistado (E26), afirma que: " Há pessoas que divorciaram, outros bebiam tanto que mudaram o comportamento, outros não faziam mais nada quando amanhecesse, apenas viviam do subsídio, mas há famílias que mantiveram a sua postura. Notou-se que algumas famílias não estavam preparadas para pegar muito dinheiro." ³⁶

A nossa entrevistada por um lado relatou os impactos do subsídio de mobilidade nos seguintes termos:

" (...) este melhorou o nível de vida dos beneficiários, contribuiu para o aumento de renda, e os espertos conseguiram adquirir terrenos com base neste subsídio`. Não obstante, apresenta aspectos negativos do subsídio, referindo-se nos seguintes termos ` este provocou problemas sociais, há pais e encarregados que receberam o dinheiro e desapareceram de casa, alguns tiveram mais esposas, metiam-se em bebedeiras e recebiam muitas queixas das mulheres no Conselho Municipal, que por sua vez tomava como medida chamar e ameaçar aos prevaricadores sobre o risco de deixarem de receber o

33 Entrevista concedida no dia 07 de Março de 2022 pelo antigo Director Nacional de Ordenamento Territorial e Reassentamento

34 Nossa entrevistada recebia o dinheiro do governo porque o marido não tinha bilhete de identidade.

35 Entrevista concedida no dia 12 de Janeiro de 2022 por uma residente (33 anos) do antigo bairro 124

36 Entrevista concedida no dia 03 de Fevereiro de 2022 por uma residente (57 anos) do antigo bairro 119

valor. Mesmo sabendo que não passava de ameaça, alguns acataram os conselhos e deixaram de comportar-se daquela maneira.”³⁷

Por outro lado a entrevistada (AM2), afirma que:

“ O subsídio de mobilidade foi dado e apresentado como condição o arrendamento de casas numa área distante da lixeira, mas muitos optaram por ficar nas proximidades da lixeira porque estavam próximos dos locais de trabalho e também porque o preço das casas ao redor da lixeira é relativamente baixo, não ultrapassando os 3 mil meticais.”³⁸

O facto aqui abordado, foi testemunhado pelo autor, pois um número considerável de pessoas entrevistadas, continuam a viver no bairro Hulene B e nas proximidades da lixeira e nos locais de residência, as condições de vida são inóspitas, com cheiro nauseabundo, lençol freático alto e casas na sua maioria precárias. Significando que apesar do subsídio em vista dar dignidade as famílias, algumas continuaram a viver em lugares indignos com intuito de economizar o dinheiro, baixando consideravelmente o nível de vida das referidas famílias, significando que o nível de precariedade e vulnerabilidade das mesmas, não melhorou.

Figura 1.7: Exemplo de residência transitória ocupada por um dos entrevistados



Fonte: fotografias tiradas pelo Autor

37 Entrevista concedida no dia 20 de Abril pelos técnicos do CMCM

38 Entrevista concedida no dia 20 de Abril pelos técnicos do CMCM

Na figura a esquerda, observa-se uma das casas arrendadas a baixo custo, num local informal do bairro Hulene Expresso e com a infraestrutura em estado precário e desprovido de janelas. Na figura a direita, observa-se uma das nossas entrevistadas na casa transitória localizada a escassos 50 metros da lixeira e a 5 metros do local da tragédia (quarteirão 124) no bairro Hulene B, local insalubre, com lençol freático alto, moscas, mosquitos e cheiro nauseabundo.

Sob o ponto de vista dos afectados, nosso entrevistado (E5), comentou nos seguintes termos:

" (...) a definição do valor para subsídio não foi bem pensado porque o Governo já veio com sua decisão, por exemplo o valor era uniforme, mas no nosso bairro as famílias não tem o mesmo agregado, há cônjuges com muitos filhos e que tinham que arrendar uma casa com 3 ou mais quartos mas eram pagos por igual com os que tinham 1 ou 2 pessoas do agregado. O Governo não olhou para o agregado de cada família e nem se preocupou em saber onde cada família ia viver. Muitas crianças ficavam dias sem ir a escola por falta de dinheiro de `chapa`, lá em Hulene as escolas e hospitais estavam perto e as crianças iam a pé." ³⁹

Entrevistado (E7), expressa-se nos seguintes termos:

" No primeiro ano, com David Simango as coisas corriam muito bem, o subsídio entrava nas contas dentro do tempo definido e não tinha problema, pois, este cumpriu o que prometeu, mas com a entrada de Comiche, este não cumpriu, a demora no desembolso do subsídio começou a criar problemas com os donos das casas. No início criou instabilidade nas famílias, senhoras passavam sozinhas, os maridos desapareceram até hoje, não estão com as suas mulheres." ⁴⁰

Para o nosso entrevistado, a demora no desembolso do subsídio, teve efeitos nefastos nas famílias, pela pressão observada nos locais de arrendamento e incapacidade do chefe da família suprir estas necessidades, alguns maridos acabaram abandonando as famílias com intuito de abster-se das responsabilidades de sustentar as famílias. O colaborador (E2), relata que: " Por falta de confiança entre os cônjuges, há famílias que dividiam o valor do meio

39 Entrevista concedida no dia 12 de Janeiro de 2022 por uma residente (68 anos) do antigo quarteirão 124

40 Entrevista concedida no dia 12 de Janeiro de 2022 por uma residente (48 anos) do antigo quarteirão 124

(metade para esposa e outra para o marido), o que criava sempre brigas entre o casal, nessa divisão o homem ainda tinha que pagar a renda de casa." ⁴¹

Pelos relatos apresentados, para além da separação entre cônjuges, observava-se também um crescente desentendimento e desconfiança no seio familiar, ao ponto de se trocarem os papéis de homem como chefe de família e mulher como gestora do lar. Em outros casos, porque as famílias são carenciadas, viam neste subsídio uma oportunidade para suprir parte de suas necessidades, conforme relata nossa entrevistada (E24):

" Este dinheiro trouxe muita confusão e desentendimento na família. Alguns membros da família aproveitavam para pedir apoio, quando alguém pedia dinheiro e eu negar, isto provocava revolta, outros ficavam atentos para ouvir sobre o dinheiro e logo que soubessem que já recebemos vinham pedir apoio. Este dinheiro ajudava a mãe, irmãos que estudavam fora, ele afirma que `` si Deus abre mão, você também dá mão." ⁴²

Nosso entrevistado (EC1), afirma que:

" (...) demora no pagamento dos valores do subsídio foi negativa, o valor caía com muito barulho, tínhamos que ir à rua nos expor para dar atenção de jornalistas e outros dirigentes. A demora na atribuição das casas, está a criar stress, instabilidade das famílias, temos exemplos de irmãos que perderam a vida ainda a espera das casas, estamos a mendigar para o Estado, mas este é que foi destruir nossas casas, achas justo isso? Se tivesse que avaliar a gestão deste processo pelo Estado, de uma escala de 0 a 10 daria 4, consideram-nos ``molwenes'', noutros países levaríamos um tratamento especial porque somos humanos, este caso já me saturou." ⁴³

Pelo depoimento do nosso entrevistado, nota-se um descrédito e falta de confiança das famílias em relação ao Governo, razão pela qual estas recorriam a manifestações para ver seus direitos salvaguardados.

As pretensões destes desabrigados equiparam-se ao que Bauman (2005) designou como seres supérfluos, que se sentem constrangidos cada vez que precisam recorrer ao

41 Entrevista concedida no dia 12 de Janeiro de 2022 pelo residente (48 anos) do antigo quarteirão 124

42 Entrevista concedida no dia 10 de Janeiro de 2022 pelo residente (58 anos) do antigo quarteirão 124

43 Entrevista concedida no dia 26 de Janeiro de 2022 pelo residente (44 anos) do antigo quarteirão 125

aparato público, o qual, por seu turno, dá indícios, pelas práticas dos agentes públicos (seus discursos, feições, gestos, procedimentos), que essas pessoas precisam parar de onerar a burocracia com tantas solicitações, precisam “se virar”, “dar um jeito”, não incomodar o restante da sociedade que dá certo”.

5.6.2 Vida nas Residências Transitórias

O processo do arrendamento das casas pelas famílias, teve como principais critérios, o baixo custo da renda, proximidade ao local de emprego e escola, proximidade dos antigos vizinhos. Apesar do Município ter definido como critério a distância em relação a lixeira, algumas famílias não acataram e nem houve supervisão e acompanhamento do próprio órgão do poder público em relação aos locais de arrendamento. Como forma de elucidar, apresentamos alguns depoimentos:

Nosso entrevistado (E2), expressa sua opinião nos seguintes termos:

“ (...) nós tínhamos que estar perto da escola para evitar chapa, por isso alugamos em Hulene perto do aeroporto. Há famílias que procuravam sítios baratos cheios de água, saiam do risco para risco. Há pessoas que ainda continuam lá, há pessoas ainda a arrendar pelo valor baixo.”⁴⁴

Este depoimento, demonstra que apesar dos apelos do Município para que as famílias arrendassem suas casas distantes da lixeira, nem todos acatavam, sendo o principal motivo a renda baixa. Esta situação é reforçada pelo Conselho Municipal através da chefe do Departamento da Mudanças Climáticas, quando afirma que as casas nas proximidades da lixeira apresentam valor baixo, sendo por isso apeteceíveis e com grande demanda.

A disponibilização do subsídio de mobilidade para o arrendamento das casas não melhorou as condições de vida de algumas famílias, pelo contrário, estas pioraram dado que continuaram a residir em áreas impróprias e no comodismo. Ainda, outra colaboradora (E13), afirma que:

“ Com a demora no desembolso do subsídio, a dona de casa trazia pessoas que invadiam a nossa privacidade e segurança, entravam dentro dos quartos, sala e casa de banho de qualquer

44 Entrevista concedida no dia 12 de Janeiro pelo residente (48 anos) do antigo quarteirão 124

maneira e sem nosso consentimento, nos desprezava e sempre ameaçava em querer vender a casa. " ⁴⁵

A entrevistada (E10), desabafa dizendo:

" Não estamos felizes onde estamos, há dias em que o dono da casa carrega ralador e senta em frente a sua porta, você não pode fritar ovo, só cheirar alho e cebola frita, o dono começa a mandar indirecta dizendo que, algumas pessoas conseguem comer bem, mas pagar que é bom nada. Os dirigentes deviam carregar este assunto como se fosse deles. Quero minha casa, eu não estou habituada a viver em conflitos. Papá, a forma como vivemos, se não tivessem destruído as nossas casas pelo Governo, as famílias teriam voltado para Hulene B. Pai, estou cansada (com tristeza e lágrimas a escorrerem), quero minha casa, só quero minha casa." ⁴⁶

Como elucidativo, a nossa entrevistada mostra-se estupefacta do processo, na óptica dela, passam anos residindo em casa alheia e com todo o tipo de humilhação. Demonstra preocupação e ansiedade pela casa nova, pois, onde se encontra a residir já não dá.

Outra entrevistada (E11), relata que:

"(...) Com a demora no desembolso dos valores de subsídio, tem pessoas que foram mandadas embora de casa, alguns separaram-se dos filhos que passaram a viver em casa de familiares, pessoas perderam bens como pagamento da renda, sofremos ameaça na casa dos outros. Outras pessoas (donos das casas) não querem nem banca na casa, porque não gostam de ver e estar com pessoas, diferente da nossa casa onde fazemos o que bem entendemos." ⁴⁷

Nosso entrevistado (EC3), sobre o processo, expressa-se nos seguintes termos:

" (...) a atribuição e demora do desembolso do subsídio de algum modo instabilidade social das famílias. Devido a demora no desembolso do dinheiro, muitas famílias eram despejadas das casas arrendadas, algumas mudaram de residência muitas vezes. O valor foi negociado pelas senhoras, nós os homens estávamos no serviço, se estivéssemos, teríamos negociado para 12 ou 15 mil

45 Entrevista concedida no dia 12 de Janeiro por uma residente (46 anos) do antigo quarteirão 124

46 Entrevista concedida no dia 14 de Março de 2022 pelo residente (52 anos) do antigo quarteirão 116

47 Entrevista concedida no dia 13 de Janeiro de 2022 por uma residente (44 anos) do antigo quarteirão 124

porque este dinheiro é pouco para o custo de vida actual. Temos irmãos que não trabalham quando amanhece apenas confiam aquele dinheiro.”⁴⁸

Estes quatro entrevistados relatam situações de humilhação perpetrada pelos arrendatários devido a demora no desembolso de fundos para o pagamento do arrendamento. As famílias apresentam um desgaste físico e emocional, tristeza e angústia, quando contam situações nas quais foram sujeitas e sem culpa nenhuma. Algumas aventavam a possibilidade de retornar aos locais de proveniência (apesar do risco) se não tivessem destruído suas casas. Ainda sobre a relação com o proprietário da casa arrendada, a entrevistada (E20), afirma que:

“ No centro onde vivíamos, as condições não eram boas, mas parece que quando fomos arrendar as casas a vida complicou-se, viramos ``molwenes``. Os donos das casas chegavam a trancar as portas e as crianças não tinham acesso ao interior da casa para comida, beber água e cobertores. Chorava porque não tinha dinheiro, passei humilhação, quando o Governo não metesse dinheiro era bizarro (a ndri vona singayivona), fui insultada, os donos me diziam na cara que esta casa não foi construída com dinheiro do Município. Uma vez sai de casa, quando regresssei a porta estava trancada e pregaram-na com as minhas próprias chapas. Na minha casa tinha dignidade, meu marido morreu, mas tinha-me deixado com uma casa tipo 2.”⁴⁹

Para além destes conflitos, foram relatados outros relacionados com a gestão de água, energia, locais para as crianças brincarem entre outros. Por estarem a viver em casa arrendada, os nossos entrevistados dizem ter perdido a sua autoestima, identidade própria, sentiram-se totalmente excluídos da sociedade.

Os relatos apresentados acima encontram paralelismo com Faleiros (2008, p.33), quando define violência simbólica como o exercício de difusão de superioridade fundada em mitos, símbolos, imagens, mídias e construções sociais que discriminam, humilham, excluem. O uso de adjectivos como ``molwenes``, as respostas como, esta casa não é do município, o pregar as portas, debochar porque alguém prepara suas refeições entre outras, são consideradas formas de humilhação, discriminação e acima de tudo exclusão social, quando estas famílias são vistas como miseráveis e residentes da lixeira.

48 Entrevista concedida no dia 31 de Janeiro pelo residente (52 anos) do antigo quarteirão 126

49 Entrevista concedida no dia 17 de Janeiro por uma residente (52 anos) do antigo quarteirão 124

A condição destas famílias é caracterizada como a mais socialmente degradante, não é com a prática pública de desactivação dos centros transitórios provisórios que o problema social está resolvido. Ao contrário, transmuta-o para a intensificação da degradação das alternativas de alojamento que, no geral, repercutem na piora das relações nas redes privadas das famílias. Há, de facto, uma violência institucionalizada subjacente à difusão de tais práticas, que, ao dissolver compulsoriamente os centros transitórios que perduraram 3 meses, joga para debaixo do tapete a questão essencial que subjaz a existência desses lugares: a falta ou ineficácia das acções de recuperação que centralmente, deveriam focalizar a garantia do direito à moradia digna e segura ao grupo.

5.6.3 Vida na Vila de Reassentamento de Pussulane

O Governo decidiu subsidiar a construção da Vila de Reassentamento de Pussulane que segundo o Plano de Pormenor abaixo, para além das casas de alvenaria tipo III, previa o abastecimento de água, energia, escolas, hospitais, creches, farmácias, campos de jogos entre outros. Não obstante, as obras iniciadas em 2018 para a construção destas infraestruturas ainda não foram concluídas, tendo sido construídas e concluídas apenas 47 casas das 300 previstas no respectivo instrumento de ordenamento territorial. Devido a exiguidade de fundos, as obras avançam a um ritmo lento, encarecendo os cofres do Estado dado que mensalmente deve ser pago um subsídio para o arrendamento de casas enquanto se espera a conclusão das obras.

Figura 1.8: Plano de Pormenor do Reassentamento (Bairro Pussulane)



Fonte: MITADER, 2018

Neste contexto, em vista a redução dos custos com o subsídio de mobilidade, o Governo decidiu transferir de forma paulatina as famílias, contrariando o compromisso de transferência conjunta de todas as famílias. Esta situação segundo nossos entrevistados tem implicações na sua vida. Algumas famílias (47) residentes na vila de Pussulane, afirmam que apesar de possuírem casa própria, ainda não estão satisfeitos com as condições no local, pois prevalecem neste local a falta de escolas, hospitais, mercados, locais de depósito de lixo, iluminação, locais de recreio, campos de jogos entre outros, sendo sujeitos a gastos com transporte para a mobilidade. A falta destas condições, impactam directamente no bem-estar e qualidade de vida das famílias, conforme atestam os depoimentos abaixo.

Figuras 1.9: Edificações da Vila de Reassentamento de Pussulane



Fonte: Acervo do autor

Nossa entrevistada (E1), expressa-se nos seguintes termos:

“ Não gostamos da atitude do nosso pai (Município), prometeu infraestruturas e equipamentos sociais, mas não é isso que está a acontecer, dizem que vão tratar assunto escola, quanto aos outros não prometem. Assim não sabemos do futuro, temos que fazer distância para trabalhar, nem mercado tem. Algumas famílias ainda não estão aqui porque tem receio das condições piorarem porque aqui tudo precisa transporte.”⁵⁰

Entrevistada (E3), corrobora dizendo que: “Aqui não temos hospital, escola e chapa. Se o Município ajudasse a começar a nova vida, pelo menos ajudar um pouco em termos de negócio.”⁵¹

Outra entrevistada (E4), desabafa nos seguintes termos: “Se no mínimo escolhessem desempregados e dar dinheiro para negócio, é difícil viver num local sem chapa. É preferível voltar para onde estávamos, vamos abandonar.”⁵²

50 Entrevista concedida no dia 12 de Janeiro por uma residente (47 anos) do antigo quarteirão 125

51 Entrevista concedida no dia 12 de Janeiro pelo residente (48 anos) do antigo quarteirão 124

52 Entrevista concedida no dia 13 de Janeiro pelo residente (54 anos) do antigo quarteirão 124

A nossa entrevistada (E18), reforça a opinião dizendo que: " Neste local, não há esquadra e hospital, se houver doença de noite que fazer, doente acaba morrendo a espera de assistência." ⁵³

Apesar deste reassentamento resultar de desastres, por se tratar de involuntário, encontra paralelismo com alguns documentos oficiais, tais como a directiva de expropriação para efeitos de ordenamento territorial, a lei de ordenamento territorial⁵⁴, a lei de gestão e redução do risco de desastres⁵⁵ e o regulamento de reassentamento resultante de actividades económicas, referem-se a necessidade de uma justa compensação ou indemnização quando se trata da necessidade de expropriar, devendo para o efeito oferecer-se condições iguais ou superiores as anteriores.

Olhando para o discurso dos nossos entrevistados, as condições do bem-estar social (segurança, saúde, educação, recreio e cultura) e económicas (emprego, transporte entre outras) não foram criadas, neste novo bairro ainda falta um pouco de tudo e os residentes apresentam enormes dificuldades para a sua reinserção social.

Os actuais residentes na VRP dizem que no local de proveniência já tinham o negócio consolidado, alguns vendiam roupa de calamidade, outros tinham capoeiras e vendiam frangos, porcos, oficina automóvel e serralharia com os seus clientes permanentes, outros ainda, com a venda e trabalho na lixeira conseguiam ganhar dinheiro para o sustento das famílias, mas em Pussulane, apenas lhes atribuíram casas e mais nada, nem sequer olharam para as condições anteriores de cada um, os terrenos são todos iguais, as casas são iguais, não existe um local para o negócio, escolas e hospitais encontram-se distantes, por isso alguns aventam a possibilidade de regressar ao local de proveniência.

Os casos acima referidos trazem importantes subsídios à análise das relações entre as famílias vítima do desastre e o poder público. Nas referidas relações, observam-se falhas sistemáticas nas medidas de recuperação, propiciando a vulnerabilidade e instabilidade social dos afectados, dado que os fundamentos da sua recuperação não são integralmente supridos.

⁵³ Entrevista concedida no dia 18 de Janeiro por uma residente (64 anos) do antigo quarteirão 124

⁵⁴ Diploma Ministerial 181/2010 de 03 de novembro, refere que a expropriação por interesse, necessidade ou utilidade pública dá sempre lugar ao pagamento de uma justa indemnização nos termos da lei.

⁵⁵ Decreto 76/2020 de 1 de setembro, artigo 18, número 4, refere que em caso de reassentamento as autoridades administrativas locais devem garantir a reconstrução virada ao desenvolvimento em zonas seguras.

Observa-se uma fraca interacção entre o Governo e as famílias, quando esta recorre a manifestação para ver reconhecidos seus direitos, a forma precipitada como foram desactivados os centros transitórios, sem que estivessem criadas e desenhado um plano de arrendamento e respectivo modelo, razão pela qual os beneficiários de renda continuaram a residir em áreas inóspitas e próximas das antigas áreas residenciais; a falta de informação sobre o estágio do processo de construção das casas e da disponibilização do subsídio, a incapacidade do Governo em prover bem-estar aos desabrigados e elevá-los a um patamar superior de cidadania, na forma de garantia de acesso à moradia digna.

Apesar das boas intenções do Governo no início do processo, com o desgaste e desinteresse dos mídias e redução de apoios, as condições disponibilizadas para os afectados começaram a deteriorar-se, (insalubridade diante da ausência de condições materiais da família para a devida higienização do local, a falta de serviços básicos no local, como sanitários apropriados, as doações que findaram como a cesta básica, levando a contribuições das vítimas para a compra de produtos como tomate e cebola, material de limpeza, material de higiene pessoal, a falta de assistência médica, deficiência na assistência psicossocial, levando a casos de depressão e desinteresse pela vida).

A dependência do poder público no aprovisionamento destes serviços, começou a colapsar, contudo, o Governo baseando-se apenas nas condições iniciais considerou o processo de assistência 5 estrelas, podendo-se enquadrar este comportamento dos servidores público como uma forma de violência simbólica, dado que as vítimas foram levadas a acreditar que as condições nas quais se encontravam eram as melhores e que não era responsabilidade do Governo fazer acima do considerado possível. Importa realçar que a maioria das famílias que viviam nos centros transitórios não foram afectadas directamente pelo aluimento da lixeira, mas porque se encontravam num perímetro supostamente de risco, viram suas casas demolidas.

Mais uma vez, o Governo usando poder de domínio e conhecimento científico decidiu destruir as casas dos demais convencendo-os que esta era a melhor medida, tendo os sujeitado a situações de grande sofrimento e angústia. Com a introdução do subsídio de mobilidade, observou-se a discriminação habitacional no arrendamento das casas temporárias; especialmente, em relação às famílias numerosas e com presença de crianças, a baixa oferta, do mercado imobiliário formal e informal, de moradia em áreas seguras e a demora no desembolso do valor coberto pelo subsídio propiciou o quase regresso a área de

origem, sendo que as condições de salubridade na maioria das famílias pioraram, dado que residindo em casas de aluguer nem sequer podiam efectuar qualquer tipo de intervenção.

Com a divulgação dos valores que as famílias recebiam, verificou-se o aumento de preços no mercado imobiliário: casas que antes valiam menos passam a ter seus preços alterados para valores correspondentes ao valor disponibilizado para o arrendamento, a indefinição do tempo de provimento da casa transitória; ou, ainda, subsídios que são interrompidos muito antes de as novas moradias serem entregues pelo ente público, aliado ao receio do subsídio cessar com a mudança da administração municipal (devido às eleições municipais), ansiedade prolongada, por razões difusas, dentre as quais se destacam as incertezas sobre o futuro de sua residência definitiva, o que tem desdobramentos em termos de gestão de expectativas, do cerceamento constante de seu direito de participação na esfera política.

Outros aspectos sobre a instabilidade social relacionam-se a incerteza em relação ao futuro, descrença no poder público; o silêncio provocado pela desilusão com as promessas não cumpridas pelo ente público, a ausência de informação consistente; a desassistência social paulatina; a privação de espaço e de recursos materiais para a afirmação da individualidade bem como na garantia do bem-estar e da coesão familiar; entre outros.

Parte das famílias reassentadas em Pussulane, demonstram uma satisfação parcial, pois o sonho de casa própria concretizou-se, contudo, novos desafios foram criados, tais como o aumento do custo de vida, dificuldade de transporte, distância em relação a escola e hospital, elevado custo de manutenção das casas, incluindo energia e água, desemprego e não criação de condições para a restauração dos meios de subsistência. Pelo facto destes moradores terem deixado de receber o subsídio de mobilidade que era sua salvação e em contrapartida, as famílias ainda não reassentadas continuarem a receber, criou desunião e falta de coesão entre as famílias, dado que algumas sentem-se injustiçadas por não beneficiarem do subsídio enquanto outras continuarão a beneficiar deste por mais 1 ano.

Adicionalmente, a desterritorialização levou a vulnerabilidade e instabilidade das famílias, o subsídio de mobilidade criou espaços para separações entre cônjuges, falta de entendimento no lar, promiscuidade na relação, abandono do lar pelos maridos, alcoolismo, ociosidade, dado que muitos beneficiários se tornaram totalmente dependentes deste fundo e não mais se interessaram em trabalhar. A fraca participação do poder público na articulação

com as famílias levou a graves problemas na gestão de expectativas, aliado a fraca preparação dos beneficiários do subsídio em mecanismos de sua gestão.

As medidas de restauração da qualidade de vida prestadas pelo Governo, apesar de serem consideradas boas pelo ente público, estas tiveram impactos adversos no seio das famílias, sem um prévio preparo e negociação com os afectados, a demora no desembolso do subsídio de mobilidade, aliado ao reassentamento parcial das famílias levou a impactos sociais e económicos negativos, pois, nos locais de acomodação para além das condições da logística (escassez de alimentos), as famílias foram sujeitas a convívios forçados, privação de actividades corriqueiras entre casais, introdução de hábitos e costumes fora do padrão de algumas famílias.

Nos locais de residência temporária, observa-se um fraco acompanhamento do Governo, tendo algumas famílias arrendado casas em estado precário e nas proximidades da antiga área residencial contrariando a posição do Governo, conflitos e desentendimento entre inquilino e proprietário de residência devido a demora no pagamento do subsídio, aliado a brigas, separações, alcoolismo, poligamia, ociosidade e absentismo de alguns chefes de agregado familiar por conta do valor recebido.

Adicionalmente, o incumprimento dos prazos de entrega das casas e bem como reassentamento parcial, contribuíram para a desintegração das famílias, tendo em conta que algumas passaram a viver em casa própria, mas com desafios antes invisíveis, tais como transporte, educação, saúde, emprego entre outras, aliado a diferenciação em termos de tratamento entre os grupos (todos vítimas do aluimento da lixeira), havendo os que beneficiam de casas e outros de subsídio de mobilidade. Apesar do sonho de casa própria, famílias reassentadas em Pussulane aventam a possibilidade de regressar à cidade como forma de garantir o seu sustento, estas afirmam não adiantar manter-se em Pussulane enquanto haver água, energia e comida por custear para os seus dependentes. A falta de assistência no processo de reinserção é vista como erro do poder público, podendo contribuir para o insucesso do processo de reassentamento das famílias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, analisamos a situação de vida das famílias vítimas do aluimento da lixeira de Hulene B, com a assistência social do Governo após a ocorrência do desastre, a forma como as famílias se apropriaram das várias transformações sofridas, partindo da antiga área residencial, centro transitório, subsídio de mobilidade, arrendamento de casas e por fim, o reassentamento parcial em Pussulane.

Para tal, analisámos como se processou a assistência social e humanitária das famílias e se esta acção se traduziu na melhoria das condições de vida e de bem-estar destas famílias,

quando confrontadas com a nova realidade residencial, habitacional, emprego, transporte, serviços sociais como educação e saúde outros serviços como comércio e recreação. Esta análise teve como base 40 entrevistas aos chefes de agregado familiar e a 6 técnicos, dos quais 3 do extinto MITADER e igual número do CMCM.

O estudo com o tema aluimento da lixeira de Hulene B: impacto de desterritorialização das famílias afectadas, conclui que nas áreas de origem, as famílias levavam uma vida normal, encontravam-se inseridas dentro das vivências da comunidade local, havia cooperação e entendimento. Contudo, uma das principais inquietações relacionava-se com as condições de insalubridade, que contribuía para proliferação da malária, doenças diarreicas e de pele. Apesar disso, tinham a sua estabilidade, com seus negócios e meios de sustento a desenvolverem-se normalmente.

Com o surgimento do desastre, as condições de vida das famílias mudaram drasticamente, tendo este fenómeno provocado impactos negativos. Para além de perdas de vidas humanas e material, as famílias viram suas condições sociais deteriorarem-se com a intervenção do Governo, que sem ter envolvido a comunidade, decidiu unilateralmente demolir as casas localizadas na zona de risco (perímetro de 25 m) em relação a lixeira, alegando a salvaguarda da vida humana. Este facto, provocou insatisfação e grande instabilidade das famílias, pois perderam os seus abrigos, seus meios de sustento e bens materiais e obrigados a viver em centros de acomodação transitórios com condições inóspitas e adversas.

Nos centros transitórios, apesar das condições terem sido boas no início do processo (alimentação, higiene, limpeza, segurança, recreação, lazer, entre outras), com o decorrer do tempo, estas deterioraram-se, levando a impactos negativos. Dentro dos impactos negativos destacam-se a alimentação que começou a escassear levando a contribuição das vítimas para a compra de produtos como tomate, cebola, caldo entre outras, o mesmo sucede em relação as relações conjugais, onde casais separaram-se e já não podiam realizar as actividades corriqueiras, a privacidade, os hábitos, a forma de confeccionar os alimentos não agradava alguns chefes de agregado, mas tinham que se sujeitar, os pais perderam controlo sobre os filhos, devido a regras que consistiam na separação dos homens e mulheres (estas ficavam apenas com os filhos menores) enquanto os jovens e adolescentes deviam ficar com os pais.

Aliado a isso, com o decorrer do tempo, as condições de higiene pioraram levando ao surgimento de doenças como a tuberculose, malária, doença de pele, diarreias entre outras,

suscitando a decisão pelo Governo de encerrar os centros transitórios e atribuição de subsídio de mobilidade para o arrendamento de casas transitórias.

O subsídio de mobilidade tinha em vista garantir uma casa condigna e segura, visando o bem-estar das famílias que se encontravam a viver em condições inóspitas nos centros transitórios. O estudo constata que o subsídio de mobilidade teve impactos positivos para algumas famílias, dado que com o mesmo conseguiram adquirir benfeitorias, abrir negócio, custear o transporte dos filhos e em algum momento suprir despesas correntes. Não obstante, para muitas famílias, o subsídio teve impactos negativos tais como: surgimento da ociosidade, alcoolismo, separação de cônjuges, instabilidade e brigas nos lares por conta do uso indevido do valor pelos cônjuges, surgimento de poligamia, falta de confiança e descrédito do papel de pai, dado que pelo incumprimento dos deveres, algumas crianças apresentaram na justiça queixa contra os pais.

O estudo conclui que com a atribuição do subsídio de mobilidade, por despreparo de algumas famílias, este acabou contribuindo para a sua instabilidade. Neste caso, denota-se mais uma vez que o Governo apesar de ter agido em prol do bem-estar das famílias, pela liberdade total deixada às famílias para gerir o valor, e não ter criado programas de capacitação para a melhor forma de gestão do valor, contribuiu negativamente na melhoria de qualidade de vida das famílias.

Ainda no processo de atribuição do subsídio, são apresentados como impactos negativos primeiro o livre arbítrio para a identificação e arrendamento de casa sem o acompanhamento do CMCM, o que propiciou a escolha de casas precárias devido ao valor de renda que é baixo neste local e proximidade a lixeira, local de trabalho para algumas famílias. Mais uma vez, pela ausência de acompanhamento, supervisão e monitoria deste processo pelo Governo, isto contribuiu para as famílias continuarem a viver em áreas de risco, insalubres, de assentamentos informais, não tendo por isso melhorado a qualidade de vida das famílias, mas sim piorado, sendo visível com base nas casas onde actualmente os beneficiários do subsídio residem. Outro aspecto que merece maior atenção neste processo, relaciona-se com a intermitência e demora na atribuição do subsídio de mobilidade e sem prévia comunicação aos beneficiários.

O estudo conclui que a falta de comunicação e a demora no pagamento do subsídio, teve impactos negativos na vida das famílias. Algumas famílias foram obrigadas ao nomadismo porque eram constantemente despojados pelos proprietários do imóvel, outras

sofriam insultos, a privacidade foi posta em causa, tendo em conta que sem aviso prévio, os proprietários das residências invadiam as casas com novos clientes com objectivo de mostrar a casa para arrendamento, vezes sem conta, os inquilinos viam suas casas trancadas sem pré-aviso, seus bens confiscados e recebiam impropérios de várias ordens.

Portanto, devido a demora na atribuição do subsídio, crianças foram separadas (passaram a viver em casa de familiares) de seus pais, chefes de agregado familiar abandonavam as famílias por receio de humilhação pelos proprietários das casas, tendo estes factos contribuído para a vulnerabilidade, instabilidade social, perda de identidade, baixo autoestima e aumento de problemas de índole emocional. A fraca articulação entre o Governo e as famílias, aliado ao incumprimento pelo Governo dos compromissos firmados com as vítimas (pagamento do subsídio de mobilidade em tempo útil, acompanhamento da vida das famílias, reassentamento em 18 meses), criou instabilidade social e vulnerabilidade nas famílias, sendo obrigadas a manifestações e reivindicações frequentes junto ao ente público de modo a verem os seus direitos repostos. Esta atitude, é vista pelas famílias como excludente do Governo para com as famílias.

Sobre o reassentamento das famílias em Pussulane, o Governo comprometera-se em transferir em simultâneo as 262 famílias para a vila de reassentamento de Pussulane, onde tinha o objectivo de criar condições de casa própria, água, energia, hospital, escola, mercado, campo de jogos, farmácia, restauração de meios de subsistência, entre outras.

Todavia, das análises feitas, chegou-se a conclusão que as condições de vida das famílias não melhoraram, até ao mês de Novembro de 2022, isto é, 4 anos depois do compromisso do reassentamento de todas as 262 famílias, foram transferidas apenas 47 famílias e o local ainda aguarda a construção de escola, hospital, mercado, campo de jogos e farmácia. A restauração dos meios de subsistência ainda não se efectivou, encontrando-se muitos residentes em situação de desemprego enquanto os poucos assalariados, o fazem na Cidade de Maputo, o que acarreta custos elevadíssimos de transporte, algo que não se verificava na antiga área residencial. O facto de parte da população encontrar-se a residir em Pussulane, é visto como positivo, contudo, devido a falta de condições acima referidas, leva a vulnerabilidade e instabilidade das famílias, devido a falta de recursos financeiros para suprir despesas básicas como o transporte, alimentação e saúde.

No processo de assinatura do contrato entre as vítimas e o CMCM, para a entrega da casa, o pagamento do subsídio de mobilidade é suspenso. Pela falta de condições na VRP, o

estudo concluiu que algumas famílias têm prevalecido nas residências transitórias e em contrapartida, por não receberem o subsídio de mobilidade, as suas condições de vida tende a piorar, estando numa situação de vulnerabilidade e precariedade. Outro aspecto relevante, que o estudo constatou, relaciona-se com a falta de informação e articulação entre o CMCM e as vítimas em residência transitória, colocando em risco a confiança das famílias em relação ao ente público. A falta de informação e o receio do abandono do projecto de construção da vila de reassentamento pelo Governo com o fim do mandato, tal como sucedeu com a entrada de novo edil no CMCM, deixa as famílias preocupadas e desesperadas.

Em conclusão, podemos considerar que no geral, as intenções do Governo de salvaguardar o bem-estar das comunidades apesar de algumas reclamações, na generalidade foram boas porque as famílias deixaram de viver em locais insalubres e houve a disponibilização de subsídios para o arrendamento de casas em melhores condições. Entretanto, apesar deste esforço do Governo, pelas evidências acima apresentadas, pode-se concluir que a nossa hipótese foi confirmada, segundo a qual, apesar da assistência social com vista a salvaguarda do bem-estar das vítimas do aluimento da lixeira do bairro Hulene B, devido a fraca articulação e interação entre o Governo e as famílias, as condições de vida destas não melhoraram.

BIBLIOGRAFIA

Andrade, Marília (1992). “Serviço Social, habitação e autarquias: movimento e liames da prática e da teoria”, *Intervenção Social*, nº 7, Lisboa, ISSS.

Portas, Nuno (1995). “Breves comentários ao debate sobre o PER“. In: *Sociedade e Território*, n.º 21, Afrontamento, Lisboa.

Ayres, JRJM, França I Jr, Calazans GJ, Salleti HC (1999). Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: Barbosa R, Parker R, organizadores. Sexualidade pelo avesso: direitos, identidade e poder. Rio de Janeiro (RJ): Relume Dumará.

Bachelard, Gaston (1993). A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes.

Bardin, Laurence (2006). Análise de Conteúdo. Lisboa: Editora.

Bauman, Zigmunt (2005). Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bourdieu, Pierre (1997). Bruschini (1989). Cabane, L., & Revet, S. (2015). La cause des catastrophes: concurrences scientifiques et mise à l'agenda des catastrophes dans un monde transnational (advogating for disasters: competing sciences in transnational politics). Politix. Revue des Sciences Sociales du Politique , 47-67.

Bourdieu, Pierre (2000). O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação. Campinas:Papirus.

Bourdieu, Pierre (2004). O poder simbólico. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, Pierre (2007b). O poder simbólico. 10 ed. Rios de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bracons, Hélia (2012). Processo de Realojamento e Apropriação do Espaço Num Bairro Multi-Étnico. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal - Catalogação na Publicação (Teses; 39).

Brüggemann, Odalia M. Parpinelli, Mary A. (2008). Utilizando as abordagens quantitativa e qualitativa na produção do conhecimento.Revista Escola Enfermagem, USP, n.42, p.563-568

Bruschini, Maria Cristina (1986).Estrutura Familiar e vida cotidiana na Cidade de São Paulo. São Paulo, FFCLH/USP (Tese de Doutorado),2v.

Camphenoudt, Luc Van e Quivy, Raymond (2005). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 4aEd.Lisboa: Gradiva.

Cardoso, Adauto, Lucio (2006). Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 27-48.

Carvalho, Maria do Carmo Brant (2005). A priorização da família na agenda da política social. In: Kaloustian, S. M. (Org.).Família brasileira: a base de tudo. 7.ed. São Paulo: Cortez; Brasília:Unicef.

Cernea, Michael (1999). *The Economics of Involuntary Resettlement: Questions and Challenges*. Washington, D.C: The World Bank;

Cernea, Michael (2000). Risks, Safeguards, and Reconstruction: A Model for Population Displacement and Resettlement. In *Economics and Political Weekly*, Vol. 35, nº. 41 (pp. 3659- 3678);

Cernea, Michael (2003). For a New Economics of Resettlement: A Sociological Critique of the Compensation Principle. An Exchange on the Compensation Principle in Resettlement;

De Wet, Chris. (2004). Why Do Things So Often Go Wrong in Resettlement Projects? In Alula Pankhurst and F. Piguet (eds). Addis Ababa University.

Portas, Nuno (1995). “Breves comentários ao debate sobre o PER“. *Revista Sociedade e Território*, (21), pp. 148-151.

Dwyer, Anita; Zoppou, Christopher; Nielson, Ole; Day, Susan; Roberts, Stephen (2004). *Quantifying Social Vulnerability: A methodology for identifying those at risk to natural hazards*. Australia: Geoscience Australia Record.

Elias, Norbert e Scotson, John (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Encrevé, Pierre e Langrave, Rose-Marie (2005). *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Estratégia Internacional Para Redução de Desastres – EIRD, (2007). *Lessons for a safer future: drawing on the experience of the Indian Ocean tsunami disaster:eleven keys actions for building nations’ and communities’ resilience to disasters*. Geneva: ONU.

Faleiro S, Eva Silveira; Faleiros, Vicente de Paula (2008). *Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação.

Fernandes, João Luís Jesus (2008). A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo; in *I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais*; AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural; Povia de Varzim (pp.423-447).

Giddens, Anthony (1992). *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP.

Gil, Antonio Carlos (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa social*.5ªed. São Paulo.Atlas.

Haesbaert, Rogério (1995). Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro, I.E.; Gomes, P. C.C.; Corrêa, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Haesbaert, Rogério (2004). O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Higuchi, Maria Inês Gasparetto (2003). A sociabilidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC.

Houaiss, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. (2009) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*.1. Ed. Rio de Janeiro

Hufschmidt, Gabi; Glade, Thomas et al. (2005). “Evolution of Natural Risk: Research framework and perspectives”, *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 5, 375 -387.

Inter-American Development Bank (1999). *Involuntary Resettlement in IADB Project Principles and Guidelines*. Washiton D.C.

Instituto Nacional de Gestão de Desastre (2013). Relatório das cheias 2013. Informação CTGC no 38. INGC/ CENOE.

Katzman, Rúben (1999). Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay. Santiago de Chile, OIT- Ford.

Matakala, Patrik., & Macucule, Alberto (1998). Alguns métodos de amostragem e diagnostico participativo para o uso em pesquisas e estudos de Maneio Comunitário de Recursos Naturais. FAEF, Maputo.

Matakala, Patrik & Macucule, Alberto (1998). Tipos de amostragens. 2ed. Maputo. Moçambique.

Michaud, Yves (1989) *A violência*. São Paulo: Ática,.

Portas, Nuno (1995). “Breves comentários ao debate sobre o PER“. *Revista Sociedade e Território*, (21), pp. 148-151.

Quarantelli, Enrico (2005). A social science research agenda for de disasters of the 21st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementations. In: Perry, R. W.; Quarantelli. E. L. (Ed.). *What is a disaster? New answers to old questions*. USA: International Research Committee on Disasters.

Quivy, Raymond e Campenhout, Luc Van (2005). Manual de Investigação em ciências sociais. Lisboa: grádiva.

Richardson, Roberto, Jarry et al.(1999). Pesquisa Social: Métodos e Técnicas, São Paulo. Editora Atlas, 3ª edição.

Rizzini et al. (1999). Pesquisando: guia de metodologia de pesquisa para programas sociais. Rio de Janeiro: EDUSU.

Santos, Milton; Souza, Maria, Adélia et al (1994). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR.

Sarti, Cynthia, Andersen (2007). A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez.

Siena, Mariana (2009). Política de remoção: “Fazer viver ou deixar morrer”. In: Valencio, 152 N. F. L. S. Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa, v. 2, p. 101-111.

Tuan, Yi-Fu (1980). Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente; São Paulo: Difel; UERJ, vol.3 (5); Rio de Janeiro, Brasil.

Wisner, Ben, Blaikie, Piers, Cannon, Terry, and Davis, Ian (2004). At Risk – Natural hazards, people’s vulnerability and disasters. Londres: Routledge.

Valêncio, Norma, Felicidade, Lopes da Silva (2005). Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará (PB): limitações da resposta da Defesa Civil frente ao rompimento de barragens. In: ENCONTRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 1,Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.

Valêncio, Norma et al. (2007). A gestão de desastres como prática institucional de reiteração da violência contra grupos vulneráveis: o caso dos centros de reassentamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. Anais... Recife: SBS.

Valencio, Norma; Siena, Mariana et Marchezini, Victor (2011). Abandonados nos desastres: Uma análise Sociológica de Dimensões objectivas e simbólicas de afectação de grupos sociais desabrigados e desalojados. 1ª edição - Brasília-DF Conselho Federal de Psicologia, Liberdade de Expressão.

Valencio, Norma et al. (s/d). Os desastres como indícios da fragilidade do Sistema Nacional de Defesa Civil: o caso brasileiro. *Territorium*, Revista da Associação Portuguesa de Prevenção, Riscos e Segurança (em publicação).

Legislações

Constituição da República de Moçambique

Lei n.º 19/97 de 1 de Outubro sobre Terras

Lei n.º 10/2020, de 24 de Agosto sobre Redução e Gestão de Riscos de Desastres;

Lei n.º 19/2007 de 19 de Julho sobre Ordenamento Territorial;

Decreto 13/2018 de 27 de Março criou e aprovou o subsídio social básico;

Directiva sobre o processo de expropriação para efeitos de ordenamento territorial (Diploma Ministerial n.º 181/2010 de 3 de Novembro)

Banco Mundial: Manual Operacional do Banco Mundial. Políticas Operacionais (OP 4.12, com data de Dezembro de 2001).

APÊNDICE

ANEXOS